



**INSTITUTO
FEDERAL**
Catarinense

Instituto Federal Catarinense
ProfEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Campus Blumenau

ANDRÉIA MATILDE BOTTAMEDI BAMBINETTI

**CONSELHO DE CLASSE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: a compreensão dos docentes e da equipe
pedagógica, na perspectiva da formação integral.**

Blumenau
2023

ANDRÉIA MATILDE BOTTAMEDI BAMBINETTI

**CONSELHO DE CLASSE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: a compreensão dos docentes e da equipe
pedagógica, na perspectiva da formação integral.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertada pelo Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau, para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Simão Alberto.

Blumenau
2023

FICHA CATALOGRÁFICA DISSERTAÇÃO

B199c Bambinetti, Andréia Matilde Bottamedi.
Conselho de classe no ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica: a compreensão dos docentes e da equipe pedagógica, na perspectiva da formação integral / Andréia Matilde Bottamedi Bambinetti ; orientador Simão Alberto. -- Blumenau, 2023.
82 p.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Catarinense, campus Blumenau, Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica (PROFEPT), Blumenau, 2023.

Inclui referências.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Ensino Médio Integrado.
3. Conselho de Classe. I. Alberto, Simão. II. Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título

CDD: 371.26

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Shyrlei K. Jagielski Benkendorf - CRB 14/662



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 22099/2023 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.002765/2023-18

Blumenau-SC, 12 de dezembro de 2023.

ANDRÉIA MATILDE BOTTAMEDI BAMBINETTI

**CONSELHO DE CLASSE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA: A COMPREENSÃO DOS DOCENTES E DA EQUIPE PEDAGÓGICA,
NUMA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO INTEGRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 01 de dezembro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Simão Alberto

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br VOLMIR VON DENTZ
Data: 15/12/2023 08:05:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Volmir Von Dentz

Instituto Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Jorge da Cunha Dutra

Instituto Federal Catarinense

Documento assinado digitalmente
gov.br INGE RENATE FROSE SUHR
Data: 15/12/2023 10:42:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Inge Renate Fröse Suhr

(Assinado digitalmente em 13/12/2023 11:36)

JORGE DA CUNHA DUTRA
DIRETOR DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DEPE/BLU (11.01.09.01.03)
Matricula: ###691#9

(Assinado digitalmente em 13/12/2023 11:48)

SIMAO ALBERTO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CGES/ARA (11.01.02.39)
Matricula: ###029#0

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **22099**, ano: **2023**,
tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **12/12/2023** e o código de verificação: **954560fb1a**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 22099/2023 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.002765/2023-18

Blumenau-SC, 12 de dezembro de 2023.

ANDRÉIA MATILDE BOTTAMEDI BAMBINETTI

**CONSELHO DE CLASSE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA: A COMPREENSÃO DOS DOCENTES E DA EQUIPE PEDAGÓGICA,
NUMA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO INTEGRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 01 de dezembro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Simão Alberto

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br VOLMIR VON DENTZ
Data: 15/12/2023 08:05:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Volmir Von Dentz

Instituto Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Jorge da Cunha Dutra

Instituto Federal Catarinense

Documento assinado digitalmente
gov.br INGE RENATE FROSE SUHR
Data: 15/12/2023 10:42:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Inge Renate Fröse Suhr

(Assinado digitalmente em 13/12/2023 11:36)
JORGE DA CUNHA DUTRA
DIRETOR DE DEPARTAMENTO - TITULAR
DEPE/BLU (11.01.09.01.03)
Matricula: ###691#9

(Assinado digitalmente em 13/12/2023 11:48)
SIMAO ALBERTO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CGES/ARA (11.01.02.39)
Matricula: ###029#0

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **22099**, ano: **2023**,
tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **12/12/2023** e o código de verificação: **954560fb1a**

Dedico esta pesquisa aos estudantes e
servidores do IFC – *Campus Brusque*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida!

Aos meus pais, Braz (*in memoriam*) e Ivana, pela educação e pelo exemplo.

Ao meu marido, Marlon, meu companheiro e meu maior incentivador.

À minha filha, Mariana, por ser minha maior fã!

Aos meus professores da vida, desde a Educação Infantil até o ProfEPT, em especial à Prof^a Dra. Inge Renate Fröse Suhr e ao Prof. Dr. Simão Alberto, por me “adotarem”, me mostrarem o novo e me provocarem a refletir sobre o meu papel na Educação Profissional e Tecnológica.

Aos meus colegas de turma e de orientação, por dividirem comigo conhecimentos, informações, aflições, alegrias e conquistas.

Ao IFC, por realizar-me enquanto profissional e por ter oportunizado o meu retorno à vida acadêmica, como pesquisadora e estudante do ProfEPT.

Ao IFC - *Campus* Brusque, em especial servidores e estudantes, que passaram, que passam e que passarão por lá.

São poucas linhas de agradecimento, mas uma vida toda de gratidão. Vocês são o motivo pelo qual cheguei até aqui!

Enquanto o animal é essencialmente um ser da acomodação e do ajustamento, o homem o é da integração. A sua grande luta vem sendo, através dos tempos, a de superar os fatores que o fazem acomodado ou ajustado.

(Paulo Freire, 2021)

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense - *Campus* Blumenau, inserida na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica” e no macroprojeto 6, denominado “Organização de espaços pedagógicos na EPT”. O objetivo central do estudo foi analisar a visão dos docentes e da equipe pedagógica do *Campus* Brusque do Instituto Federal Catarinense sobre a função do Conselho de Classe do Ensino Médio Integrado, a fim de elaborar um produto educacional que, a partir da reflexão teórico-prática, fomentasse a discussão coletiva acerca da organização e prática do Conselho de Classe. Na primeira seção do artigo, apresentamos um breve histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, resgatando autores como Moura (2010), Schenkel (2012), Egre e Amorim (2016), Neves e Pronko (2008), Vieira e Souza (2016), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012). Na sequência, abordamos o Conselho de Classe e a avaliação da aprendizagem. Realizamos a análise de documentos legais da Educação Nacional e do Instituto Federal Catarinense. A leitura e o exame minucioso desses documentos permitiu compreender sua relação com os referenciais teóricos de autores como Luckesi (2000), Dalben (2004), Suhr (2022), Moraes, Stella e Teruya (2011) e a reflexão sobre uma concepção de Conselho de Classe, numa perspectiva de formação integral. No que tange aos aspectos metodológicos, a pesquisa é de natureza aplicada, cuja abordagem é qualitativa. De acordo com os objetivos pode ser classificada como sendo exploratória e, quanto aos procedimentos técnicos caracterizada como pesquisa-ação. Os dados coletados foram analisados e interpretados à luz da Análise Textual Discursiva (ATD). Esta análise mostra que os profissionais que participam do Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, do IFC *Campus* Brusque, possuem clareza sobre a concepção de formação integral, porém, na prática profissional, têm dificuldades em atender ao previsto e idealizado nos documentos oficiais e nos referenciais bibliográficos. A fragilidade em lidar com a autocrítica e as reflexões sobre o próprio fazer é oculta e necessita de um movimento institucional no sentido de (re)construir uma consciência crítica e uma responsabilidade coletiva sobre o processo ensino-aprendizagem e do Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado (EMI), numa perspectiva de formação integral, que considere todas as partes envolvidas. Esta pesquisa, por sua vez, traz uma compreensão de Conselho de Classe enquanto órgão colegiado envolvido em várias ações que contribuem para a melhoria da aprendizagem. Ainda, quando inserido no Instituto Federal Catarinense, instituição de Educação Profissional e Tecnológica, funda-se na concepção de formação integral e, tendo como foco de pesquisa o Ensino Médio Integrado do IFC *Campus* Brusque, buscou colaborar com a prática desse órgão - Conselho de Classe - numa perspectiva deste enquanto processo e não somente como momento de julgamento dos estudantes.

Palavras-Chave: Educação Profissional e Tecnológica; Conselho de Classe; Ensino Médio Integrado.

ABSTRACT

This article is the result of a research carried out in the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education (ProfEPT) of the Federal Institute of Santa Catarina - Campus Blumenau, inserted in the research line "Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education" and in the macroproject 6, entitled "Organization of pedagogical spaces in the EPT". The main objective of the study was to analyze the view of the teachers and the pedagogical team of the Campus Brusque of the Instituto Federal Catarinense about the function of the Integrated High School Class Council, in order to elaborate an educational product that, from the theoretical reflection practice, to encourage collective discussion about the organization and practice of the Class Council. In the first section of the article, we present a brief history of Professional and Technological Education in Brazil, rescuing authors such as Moura (2010), Schenkel (2012), Egre and Amorim (2016), Neves and Pronko (2008), Vieira and Souza (2016), Frigotto, Ciavatta and Ramos (2012). Next, we address the Class Council and the assessment of learning. We carried out the analysis of legal documents from the National Education and the Federal Institute of Santa Catarina. Reading and meticulous examination of these documents allowed us to understand their relationship with the theoretical references of authors such as Luckesi (2000), Dalben (2004), Suhr (2022), Moraes, Stella and Teruya (2011) and the reflection on a conception of Council of Class, in a perspective of integral formation. With regard to methodological aspects, this research was of an applied nature, with a qualitative approach, according to the objectives it was defined as exploratory and in terms of technical procedures, it was characterized as action research. The collected data were analyzed, interpreted and presented in the light of Discursive Textual Analysis (DTA). This analysis shows that the professionals who participate in the Class Council for Secondary Education Integrated with Professional and Technological Education, at IFC Campus Brusque, are clear about the concept of comprehensive training, however, in professional practice, they have difficulties in meeting the expected and idealized in official documents and bibliographic references. The fragility in dealing with self-criticism and reflections on one's own doing is hidden and requires an institutional movement in order to (re)build a critical awareness and collective responsibility for the teaching and learning process and the Class Council in High School Integrated (EMI), from a perspective of comprehensive training, which considers all parties involved. This research, in turn, brings an understanding of the Class Council as a collegiate body involved in several actions that contribute to the improvement of the teaching and learning process. Still, when inserted in the Federal Institute of Santa Catarina, an institution of Professional and Technological Education, it is based on the concept of integral formation and, having as research focus the Integrated Secondary Education of the IFC Campus Brusque, it sought to collaborate with the practice of that body - Council of Class - from a perspective of this as a process and not only as a moment of judgment of the students.

Keywords: Professional and Technological Education; Class council; Integrated High School.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATD - Análise Textual Discursiva

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

EPTNM - Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio

IF - Instituto Federal

IFC - Instituto Federal Catarinense

IFFar - Instituto Federal Farroupilha

IFRO - Instituto Federal de Rondônia

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

NuPe - Núcleo Pedagógico

ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SISAE - Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 A trajetória da Educação Profissional no Brasil e a perspectiva da Formação Integral	24
2.2 O Conselho de Classe e a avaliação da aprendizagem: um repensar necessário da prática pedagógica	28
3 METODOLOGIA	33
3.1 Produto Educacional	36
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	37
4.1 Aplicação e Análise do Produto Educacional	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	59
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE	77
ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E NOME	79
ANEXO C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	80

APRESENTAÇÃO

Neste artigo, apresentamos os resultados de uma pesquisa realizada entre os anos de 2021 e 2023 e um produto educacional, desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense (IFC) – *Campus* Blumenau. Está inserida na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica”, no Macroprojeto 6 denominado “Organização de espaços pedagógicos na EPT” e tem como objeto de pesquisa o Conselho de Classe, espaço de avaliação do processo ensino-aprendizagem previsto na organização do trabalho pedagógico. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a visão dos profissionais da educação, em especial, docentes do Ensino Médio Integrado e da equipe pedagógica, do Instituto Federal Catarinense, *Campus* Brusque, sobre a função do Conselho de Classe.

Durante sete anos, a pesquisadora participou desses momentos, e com base na realidade vivenciada por ela, foi perceptível que os participantes, isto é, os docentes deliberar sobre os estudantes, priorizando aspectos quantitativos, levando em consideração os resultados numéricos, auferidos em atividades avaliativas. Tal percepção, instigou a mesma, provocando-lhe desta forma o interesse sobre o tema de pesquisa. A prática profissional, o atendimento aos estudantes, o contato com as famílias e as reflexões sobre a organização das práticas pedagógicas, sem dúvida, resultaram na motivação para o ingresso no ProfEPT e a delimitação do tema desta pesquisa.

Ao participar ativamente no planejamento, organização e execução dos espaços pedagógicos, a pesquisadora deparou-se diante de alguns questionamentos e inquietações que culminaram no desejo de investigar a visão e (ou) compreensão dos envolvidos, sobretudo os docentes e os profissionais da equipe pedagógica, sobre a importância do Conselho de Classe no ensino médio integrado.

Este artigo está dividido em Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Análise dos dados e Considerações Finais. Na Introdução, apresentamos a justificativa, o problema estudado, os objetivos da pesquisa e, de forma sucinta, o caminho metodológico. O Referencial Teórico é dividido em duas partes. Na primeira apresenta-se um breve histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil,

resgatando autores como Moura (2010), Schenkel (2012), Egre e Amorim (2016), Neves e Pronko (2008), Vieira e Souza (2016), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012). Na segunda, abordamos o Conselho de Classe e a avaliação da aprendizagem. Realizamos a análise de documentos legais da Educação Nacional e do Instituto Federal Catarinense, sendo que, a leitura e o exame minucioso desses documentos permitiram compreender sua relação com os referenciais teóricos de autores como Luckesi (2000), Dalben (2004), Suhr (2022), Moraes, Stella e Teruya (2011) e a reflexão sobre uma concepção de Conselho de Classe, numa perspectiva de formação integral. Na sequência, abordamos os caminhos metodológicos utilizados, pois trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, de abordagem qualitativa, exploratória e quanto aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como pesquisa-ação.

Esta pesquisa foi realizada nos cursos de Informática e Química do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Catarinense, *Campus Brusque* e para coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada, que seguiu um roteiro elaborado previamente, mas dando flexibilidade à sequência de perguntas (ZANELLA, 2013). A mesma teve como foco os relatos que externalizam a compreensão dos sujeitos da pesquisa sobre a função do Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica.

O questionário semiestruturado, composto por 3(três) blocos de perguntas norteadoras, aborda, no primeiro deles, as experiências profissionais do entrevistado, sua escolha pela área da Educação, seu ingresso como servidor do IFC e o exercício da sua atual função. Na sequência, em um segundo bloco de perguntas, foi questionado como estes servidores compreendem a Formação Integral e a Avaliação na sua prática profissional. Por último, enfatizou-se a temática central da pesquisa. Os participantes foram questionados sobre a definição e função do Conselho de Classe. Além disso, foram instigados a avaliar a prática desse colegiado no Ensino Médio Integrado, bem como sua participação enquanto membro deste. Por fim, relataram as fragilidades e potencialidades da realidade vivenciada no Conselho de Classe do IFC *Campus Brusque*. Os dados coletados foram analisados e interpretados à luz da Análise Textual Discursiva (ATD).

Durante a pesquisa foi elaborado o produto educacional, que se constituiu na oficina “Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado: características e possibilidades”, aplicada durante a Formação Pedagógica, no início do ano letivo de

2023, ofertada aos servidores do IFC *Campus* Brusque. O objetivo da oficina foi tornar mais compreensível aos docentes e técnicos que atuam no ensino médio integrado do IFC - *Campus* Brusque, a função do Conselho de Classe nos cursos de Ensino Médio, da Educação Profissional e Tecnológica, numa perspectiva de formação integral. Os docentes e técnicos tiveram a possibilidade de compreender as particularidades do Conselho de Classe na EPT e, dessa forma, reconhecerem-se nesse espaço coletivo de avaliação, reavaliação e autoavaliação do processo ensino e aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A Rede de Educação Profissional no Brasil teve seu marco inicial com o Decreto nº 7.266 de 23 de setembro de 1909, que criou as Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional, primário e gratuito, vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Ao todo, foram criadas dezenove escolas, situadas nas capitais estaduais.

Atualmente, a rede federal de ensino tecnológico é composta por trinta e oito (38) Institutos Federais, dois (2) Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), uma (1) Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), vinte e duas (22) Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II.

O estado de Santa Catarina possui dois institutos federais, o IFC (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense) e o IFSC (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina).

Segundo o documento intitulado “Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: concepções e diretrizes”, publicado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2010 e que tem como base a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e que traz os fundamentos dessas instituições,

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional

e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. (BRASIL, 2010, p.18).

Seguindo esta linha de raciocínio, a Rede Federal, em especial, os Institutos Federais, reafirmam o seu compromisso com a formação humana, integral e cidadã, como observa Pacheco (2015, p.12):

A Rede Federal, por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, tem condições de protagonizar um projeto político-pedagógico inovador, progressista e que busque a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o na direção de um novo mundo possível, capazes de superar a barbárie neoliberal e restabelecer o ideal da modernidade e liberdade, igualdade e fraternidade, sob a ótica das novas possibilidades abertas à humanidade neste princípio de século.

Portanto, a formação integral precisa ser politécnica; isto é, uma educação que, ao propiciar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, propicie também a realização de escolhas e a construção de caminhos (Ramos, 2008). Ou seja, possibilitar ao indivíduo a atuação de forma consciente e autônoma, enquanto ser transformador da realidade, contribuindo, desta forma, com o processo de superação da fragmentação do conhecimento e do dualismo estrutural da educação, no qual os menos favorecidos servem ao mundo do trabalho enquanto as elites têm os privilégios de escolha.

Nesta perspectiva de formação integral para a Educação Profissional e Tecnológica, este artigo, apresentado ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense – *Campus* Blumenau, teve como objeto de pesquisa o Conselho de Classe, um espaço de avaliação do processo ensino-aprendizagem previsto na organização do trabalho pedagógico.

Se compreendido como espaço apropriado na construção do conhecimento coletivo preconizado pelos sujeitos do processo, então, o Conselho de Classe pode constituir-se em uma oportunidade de refletir a prática docente numa proposta de educação integral prevista nos documentos oficiais do Instituto Federal Catarinense

(IFC). Nessa condição, abarca um processo dialógico de oportunidade de aprendizagem, (re)aprendizagem, avaliação, autoavaliação, planejamento e replanejamento do processo ensino-aprendizagem.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFC (2019-2023), a missão da instituição e ensino é proporcionar aos cidadãos e cidadãs uma educação profissional de qualidade, “atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional” (IFC, 2019, p.35), isto é, oferecer uma educação de qualidade e gratuita, todavia, que oportunize aos cidadãos e as cidadãs, a formação para o mundo do trabalho e não somente a capacitação profissional.

O objeto desta investigação consiste na compreensão dos docentes e da equipe pedagógica, quanto à função desempenhada pelo Conselho de Classe nas turmas do ensino médio integrado, do IFC *Campus Brusque*.

De acordo com a Organização Didática¹ dos cursos do IFC (Resolução nº 10/2021), em seu Art.191,

O Conselho de classe, obrigatório para os cursos técnicos, é um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, sendo espaço de debate que avalia o andamento do trabalho pedagógico, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, a aprendizagem dos estudantes e a autoavaliação das práticas docentes, conduzindo ao diagnóstico das dificuldades dos estudantes e apontando as mudanças necessárias e encaminhamentos pedagógicos.

No que tange este órgão, trata-se de um espaço coletivo que permeia a avaliação das partes (educador-educandos) e, por conseguinte, pode proporcionar a avaliação dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, visando oportunizar uma reflexão diagnóstica, tanto do desenvolvimento dos estudantes, como da prática docente e da instituição. Numa perspectiva de planejamento das atividades

¹ Organização Didática dos Cursos do IFC (Resolução nº 10/2021 CONSUPER) - é um documento que estabelece normas e procedimentos acadêmicos dos cursos em seus diferentes níveis, formas e modalidades, de acordo com o previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, Regimento Geral, Estatuto do IFC, nos dispositivos da legislação educacional vigente e demais ordenamentos institucionais

educativas, esse movimento coletivo das partes, pode subsidiar as próximas ações da escola e das famílias dos estudantes, no intuito de acompanharem as possíveis dificuldades e avanços na aprendizagem preconizada.

Desta feita, o planejamento e a realização do Conselho de Classe deveria ser, de fato, um espaço coletivo de discussões em busca de possíveis respostas que fortalecem a aprendizagem dos sujeitos do processo, portanto, deve envolver gestão, representantes de turmas, docentes e equipe de apoio pedagógico.

Nesta conjuntura, a concepção de formação integral defendida nos documentos oficiais do IFC e abordada neste trabalho, instiga-nos a perceber a necessidade de avançar nas reflexões e práticas sobre a função do Conselho de Classe na avaliação do processo ensino-aprendizagem, razão do surgimento da pesquisa em foco.

Dessa forma, esta pesquisa está vinculada à linha de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que, de acordo com o Art. 4, do Regulamento Geral do ProfEPT², de 2022,

trata dos processos de concepção e organização do espaço pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do estudante.

No interior desta linha de pesquisa, insere-se ainda o Macroprojeto 6, denominado Organização de espaços pedagógicos na EPT, que “abriga projetos que trabalham questões relacionadas à organização e planejamento de espaços pedagógicos” (ProfEPT, 2023). No decorrer da pesquisa foi elaborado um produto educacional, cujo propósito é a formação pedagógica dos profissionais que atuam no Ensino Médio Integrado, do IFC *Campus* Brusque, visando a reflexão e a construção coletiva da organização e prática do Conselho de Classe.

² Regulamento Geral do ProfEPT:
https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Regulamentos/4Regulamento_Geral_ProfEPT_2023.pdf

Entretanto, a prática profissional da pesquisadora provocou o interesse pela temática de pesquisa que culminou no desejo de investigar a visão e (ou) compreensão dos envolvidos, em especial, os docentes e os profissionais da equipe pedagógica no que tange a função do Conselho de Classe no ensino médio integrado.

Dada a importância da temática em pauta, esta pesquisa buscou discutir contribuições viáveis e significativas na formação e no desenvolvimento profissional da pesquisadora que mediante a aplicação do produto educacional proposto tende a beneficiar-se com as contribuições provenientes dos demais servidores que atuam na docência, no Núcleo Pedagógico (NuPe) e no Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE) participantes da formação pedagógica ministrada e, por conseguinte, sua contribuição corroborou na compreensão das reais funções que competem ao Conselho de Classe, enquanto espaço de diálogo e de repensar da *práxis* pedagógica, visando a construção do conhecimento pedagógico coletivo estabelecido.

Além desta perspectiva, no início da construção do estado de conhecimento identificou-se que, buscando alguns descritores específicos, poucos foram os resultados obtidos relacionados à temática proposta, justificando assim, a relevância da pesquisa.

A base de periódicos consultada foi o Portal da CAPES/MEC³. Os critérios de busca levaram em consideração o idioma (português), a revisão por pares e os descritores: “conselho de classe” e “ensino médio integrado”; “conselho de classe” e “formação integral”; “conselho de classe” e “avaliação” e; “conselho de classe” e “educação profissional e tecnológica”. Com estes descritores, a quantidade total de artigos encontrados foi de seis (6).

Ao identificar que existem poucas pesquisas sobre o tema de interesse (conselho de classe relacionado ao ensino médio integrado e/ou formação integral), seguiu-se a busca com os descritores “formação integral” e “avaliação”, na área

³ Portal da CAPES/MEC: (<https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/>)

específica de educação e num período de publicação entre 2010 e 2021. Apareceram treze (13) publicações, incluindo as seis (6) identificadas nas buscas anteriores.

Dentre as treze (13) publicações pesquisadas, somente duas (2) delas discutem o Conselho de Classe nos cursos de Ensino Médio Integrado: “O Conselho de Classe como um espaço de contradições e formação do trabalho educativo no IF Sertão, *Campus Petrolina*” (Silva; Barros Junior; Latorre, 2014) e “Conselho de Classe e práticas pedagógicas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio – IFRO” (Nascimento, 2019). Ambos os artigos originaram-se a partir da realidade profissional dos autores.

O artigo “O Conselho de Classe como um espaço de contradições e formação do trabalho educativo no IF Sertão, *Campus Petrolina*”, buscou “identificar limites e avanços no processo de avaliação discente e considerações frente à dualidade estrutural educacional brasileira e as exigências atuais do mundo do trabalho” (Silva; Barros Junior; Latorre, 2014, p. 87) e foi desenvolvido a partir da experiência dos autores na participação das reuniões de conselho de classe durante o ano letivo de 2012. De acordo com os autores, o Conselho de Classe

é um importante instrumento de avaliação, mas para se consolidar como efetivo espaço de diálogo sobre os problemas localizados do processo educativo é preciso que os sujeitos envolvidos se reconheçam, essencialmente, no contexto da formação profissional, encarando as contradições do mundo do trabalho e assumindo a missão de integrar os diversos conhecimentos que servirão de base para a formação integral do trabalhador brasileiro (Silva; Barros Junior; Latorre, 2014, p. 96).

O artigo que aborda sobre o “Conselho de Classe e práticas pedagógicas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio - IFRO” apresenta um recorte de uma pesquisa que tem como objetivo

compreender a dinâmica e estrutura do conselho de classe dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRO, na perspectiva de torná-lo um espaço de reflexão sobre as práticas pedagógicas de forma democrática e participativa (Nascimento; Pacífico, 2019, p. 329).

A pesquisa acima aludida, foi desenvolvida durante o ano letivo de 2016,

envolveu alunos e professores, sendo que a pergunta norteadora da mesma foi: Como tornar o Conselho de Classe das turmas dos 1ºs anos nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no IFRO - *Campus Cacoal/RO*, um espaço pedagógico que vislumbre a partir da gestão democrática participativa, melhorias para o processo de ensino e aprendizagem? (Nascimento; Pacífico, 2019)

Também foi realizada a busca no Observatório do ProfEPT, utilizando como descritor o assunto denominado Conselho de Classe. Como resultados desta busca foram encontrados quatro (4) dissertações.

A dissertação “Organização e Funcionamento do Conselho de Classe nos cursos técnicos integrados ao ensino médio” foi apresentada em 2020, pela autora Elisandra Regina Muxfeldt, do Instituto Federal de Mato Grosso, *Campus Cuiabá*. O objetivo geral deste estudo foi o de estruturar uma proposta pedagógica de organização e funcionamento do Conselho de Classe para os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Na sequência da busca, o trabalho “Conselho de Classe: possibilidades de atuação na formação de docentes da EPTNM do IFRO - *Campus Ji - Paraná*”, da autora Josefa Aparecida Pereira de Andrade, apresentado em 2019, primou-se a investigar em que aspectos o Conselho de Classe pode atuar na formação de professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFRO *campus Ji-Paraná*.

O “Guia teórico e prático para a execução do conselho de classe na educação profissional e tecnológica”, de Lucas Billo Dias, com data de 2020, se propôs a “identificar a atuação do pedagogo técnico nos conselhos de classe do Ensino Médio Integrado do *Campus Alegrete* do IFFar para contribuir no aperfeiçoamento deste processo”. Por fim, a pesquisa “Conselho de Classe e Participação Estudantil no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará *Campus Aracati*: possibilidades e limites”, de 2021, realizada por Meiriane Rebouças da Silva do Rosário, buscou compreender como o Conselho de Classe pode contribuir para a

formação política dos estudantes da educação profissional e tecnológica numa perspectiva de formação integral.

Diante da construção do estado de conhecimento acima descrito, e da escassez de pesquisas que abordam o tema Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, com o foco na formação integral, confirma-se a relevância do desenvolvimento do conhecimento sobre a temática, no sentido de colaborar com o IFC *Campus* Brusque e com outras instituições que, porventura, desejarem qualificar os membros que compõem o Conselho de Classe, num movimento de construção e reconstrução de significados, pois esse processo dialético,

não se faz de um dia para o outro, exigindo dos sujeitos a reflexão crítica das práticas já sedimentadas e a construção de novas, gradativamente, incorporando as alterações necessárias para os novos tempos. (Dalben, 2004, p. 55)

Para tanto, por se tratar de uma pesquisa no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, buscou-se a compreensão sobre o Conselho de Classe como parte integrante da avaliação do processo ensino aprendizagem e autoavaliação da prática pedagógica para planejamento de futuras ações, com o enfoque na formação integral.

Na realidade do IFC *Campus* Brusque e, possivelmente em outras instituições, o Conselho de Classe tem sofrido um desvirtuamento de seu real significado e de sua relevância, isto porque habitualmente, a expressão tem sido utilizada para denominar os encontros realizados ao final de cada período letivo (bimestre, trimestre, final do ano letivo) e que deliberam sobre os estudantes de cada classe/série/ano ou turma. Dessa forma, o Conselho de Classe parece possuir uma relação direta com uma educação baseada na punição, proibição e padronização, tornando-se o que Luckesi (2011) denomina ser uma prática classificatória e antidemocrática. Sendo assim, quando o foco recai na aprovação ou reprovação do estudante, deixa de atender o seu principal objetivo, pois nesse aparente julgamento que domina os encontros inerentes a avaliação do progresso

dos acadêmicos, levam os docentes a exporem os pontos fracos dos educandos perante o grupo e, este, por sua vez dá o veredito final, sem, contudo, oportunizar aos educandos possibilidades que os permita superar suas deficiências no processo ensino-aprendizagem.

Em face do exposto, entende-se que o Conselho de Classe deveria constituir-se em uma oportunidade de redirecionar a prática docente e pedagógica dos envolvidos, especialmente, o processo ensino-aprendizagem. Logo, o Conselho de Classe não pode ser transformado em um julgamento dos educandos pelos docentes. Pelo contrário, deve instigar os docentes a reverem sua prática pedagógica, visando dirimir possíveis erros que dificultam e(ou) prejudicam o processo ensino-aprendizagem.

A complexa tarefa para compreender o processo ensino-aprendizagem e sua função na formação dos sujeitos instiga-nos a indagar: Qual é a função do Conselho de Classe no Ensino Médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica, segundo a compreensão de docentes e os profissionais da equipe pedagógica, que dele participam, no IFC - *Campus Brusque*?

Para compreender melhor a temática proposta, esta pesquisa se dispôs a analisar a visão dos docentes e dos profissionais da equipe pedagógica do *Campus Brusque* do Instituto Federal Catarinense sobre a importância da função do Conselho de Classe do Ensino Médio Integrado. Como objetivos específicos decidiu-se: a) mapear os conhecimentos da equipe pedagógica e dos docentes do ensino médio integrado, no *Campus Brusque*, acerca do Conselho de Classe; b) identificar as diferenças e convergências entre as percepções dos sujeitos da pesquisa sobre o Conselho de Classe; c) analisar o conhecimento dos sujeitos de pesquisa sobre a função do Conselho de Classe a partir do referencial teórico e da legislação vigente; d) descrever a concepção de Conselho de Classe coerente com a proposta de Ensino Médio Integrado em Educação Profissional e Tecnológica e; e) elaborar um produto educacional no formato de oficina, e aplicar durante o período de formação

pedagógica dos docentes e da equipe pedagógica do IFC - *Campus Brusque*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A trajetória da Educação Profissional no Brasil e a perspectiva da Formação Integral

Segundo os autores Moura (2010), Schenkel (2012), Egre e Amorim (2016), a primeira iniciativa estatal de educação profissional no Brasil, baseava-se numa concepção assistencialista, cujo objetivo foi o de acolher e amparar os menos favorecidos e desvalidos de sorte, e ensiná-los os bons costumes de acordo com os padrões impostos pela sociedade.

Atendendo aos critérios da concepção assistencialista, segundo Moura (2010), no século XIX, foram criadas algumas sociedades civis - Liceus de Artes e Ofícios - que ofereciam instrução teórica e prática de atividades industriais.

Segundo afirmam Vieira e Souza Junior (2016, p.154):

À elite estava destinada a educação propedêutica, de caráter acadêmico, preparatória para a continuidade dos estudos. A consideração do trabalho manual como uma atividade indigna, sob a ótica dessa elite, predispunha ao repúdio em relação às atividades artesanais e manufatureiras como a carpintaria, a serralheria, a tecelagem, a construção, entre outras.

Numa trajetória marcada pelo dualismo estrutural,

desde o surgimento da primeira iniciativa estatal nessa área, até o presente, sempre se constituíram duas redes, uma profissional e outra de educação geral, para atender às necessidades socialmente definidas pela divisão social e técnica do trabalho. (Kuenzer, 2000, p. 26)

De acordo com Neves e Pronko (2008, p. 34):

A criação de hábitos de trabalho e o 'preparo técnico' decorrente (essencialmente a formação em um ofício) eram vistos como a melhor solução para o problema da ordenada integração social dos novos setores sociais, que o fim da escravatura e a complexificação econômica colocavam em cena.

As escolas de aprendizes e artífices, criadas em 1909, caracterizaram-se, segundo Vieira e Souza Júnior (2016, p. 156), "como política pública moralizadora da

formação do caráter pelo trabalho” e, num “projeto maior de Governo, com o objetivo de regeneração social, aumento da capacidade produtiva do cidadão e legitimidade da nova ordem”.

Moura (2010), Vieira e Souza Júnior (2016) afirmam que, impulsionados pelo início da industrialização do Brasil e pela necessidade de recursos humanos capacitados para o setor produtivo, iniciou-se um período de reorganização das políticas de formação profissional, no qual a concepção de educação profissional defendida era para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Segundo Moura (2010), Neves e Pronko (2008), as décadas de 1930 e 1940, compreendem um marco cronológico a respeito dos debates relacionados à formação profissional. Desta feita, as Leis Orgânicas da Educação Nacional, destacaram-se, evidenciando a importância da educação básica no país, principalmente no que diz respeito à educação profissional. A esse respeito Moura (2010, p. 68) faz,

uma análise histórica da sociedade e, em particular, da educação brasileira nesse período, revela que a realidade foi construída de forma distinta. Em primeiro lugar, na prática, o caráter compulsório se restringiu ao âmbito público, notadamente nos sistemas de ensino estadual e federal. Enquanto isso, as escolas privadas continuaram, em sua absoluta maioria, com os currículos propedêuticos voltados para as ciências, letras e artes, visando ao atendimento às elites.

No que concerne às leis orgânicas, vale destacar o Decreto 4.244, de 09 de abril de 1942 que criou a Lei Orgânica do ensino secundário que, de acordo com seu Art. 1º, as finalidades desta modalidade de ensino seriam:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes; 2. Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística; 3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.

O Decreto 4.244 vigorou até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, de 1961, que, pela primeira vez, estabelecia a equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos, possibilitando a continuação nos estudos. (Vieira; Souza Júnior, 2016)

No entanto,

se o dualismo no interior do ensino secundário tendeu a se atenuar, a configuração dual do sistema escolar como um todo permaneceu, através da distinção entre um ensino médio tecnológico orientado para a formação para o trabalho complexo e uma formação técnico-profissional básica destinada aos segmentos populares, com o intuito de formar os quadros inferiores da hierarquia socioeducacional. (Neves; Pronko, 2008, p. 40)

Entre 1964 e 1985, as instituições de ensino privadas e aquelas vinculadas à igreja, continuaram oferecendo o ensino propedêutico, facilitando o acesso ao ensino superior, das camadas médias e da burguesia. A rede pública formava para o mercado de trabalho ou cursos superiores menos valorizados. (Neves; Pronko, 2008)

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), relatam que, a partir de 1964 a formação profissional se destacava no sentido de responder às condições de produção do capitalismo, promovendo a formação de mão-de-obra acelerada aos moldes da divisão internacional do trabalho.

Segundo Kuenzer (2000, p. 29): “Em 1971, a Lei nº 5.692/71 pretendeu substituir a dualidade pelo estabelecimento da profissionalização compulsória no Ensino Médio”, onde todos os jovens teriam como única possibilidade, nesse caso, a formação técnica de nível médio. Dessa forma, além de atender a demanda por formação de técnicos de nível médio, iniciava a reforma universitária, pois com o aumento da urbanização e a maior exigência pelo nível de escolaridade por parte dos empregadores, iniciava a pressão sobre o ensino superior. A escassez de técnicos e a frustração de jovens se resolveriam com a terminalidade do ensino técnico (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012).

Porém, a Lei 7044/82 extinguiu a profissionalização obrigatória no 2º grau. Aqui, diferente do período que antecede a LDB de 1961, o dualismo é marcado pelo plano de valores e dos conteúdos de formação e não pela impossibilidade de ingresso no ensino superior por aqueles que concluíram o ensino técnico. (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012).

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 34), destacam que a partir da Lei

7044/82, até o final da década de 1980,

as escolas técnicas federais desempenharam sua função de formar técnicos de 2º grau com qualidade, sendo reconhecidas pelas burocracias estatais e pela sociedade civil, que as isentavam de qualquer questionamento sobre seu papel econômico e social.

Com a instalação do Congresso Nacional Constituinte em 1987, a sociedade civil mobilizou-se pela incorporação do direito à educação pública, laica, democrática e gratuita na Constituição, no qual “o papel do ensino médio deveria ser o de recuperar a relação entre conhecimento e a prática do trabalho. Isto significaria explicitar como a ciência se converte em potência material no processo de produção” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 35). Tal mobilização pedia a vinculação da educação à prática social e o trabalho como princípio educativo.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, iniciou-se o debate em torno da LDB que foi aprovada em 1996 (Neves; Pronko, 2008). Porém, conforme afirma Moura (2010), prevaleceu a lógica do mercado e a nova LDB reforçava a dualidade estrutural do ensino médio brasileiro. De acordo com o autor, entre 2003 e 2004, houve significativa mobilização e debates dos setores educacionais, sindicatos e pesquisadores da esfera do trabalho e educação, em torno do Decreto nº 2.208/1997, no que tange à separação obrigatória entre o ensino médio e a educação profissional.

Com isso,

retoma-se a discussão sobre a educação politécnica, compreendo-a como uma educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica e direcionada para não se voltar, no entanto, para uma formação profissional *stricto sensu*, ou seja, sem formar profissionais em cursos técnicos específicos. (Moura, 2010, p. 74)

De acordo com Frigotto (2001), no projeto do governo federal, explicitado na atual LDB, principalmente na legislação que regulamenta a Educação Profissional, preserva-se um modelo estrategista concentrador de renda, filantrópico, que alivie a pobreza e que conforme um “cidadão mínimo, que pensa minimamente e que reaja minimamente” (Frigotto, 2001, p. 80).

Não obstante,

a escola pode ser útil à classe trabalhadora como instrumento de barganha por melhores condições de trabalho, como instrumento de alargamento do grau de conscientização política e como instrumento da formulação de uma concepção de mundo emancipatória das relações sociais vigentes. (Neves; Pronko, 2008, p. 29)

Além disso,

um projeto de educação profissional contra-hegemônico, ou seja, comprometido com a soberania da nação e com os interesses de sua classe trabalhadora, procuraria unificar organicamente a formação de trabalhadores de nível médio e superior nos campos da ciência, tendo como base uma formação omnilateral e politécnica. (Ramos, 2008, p. 554)

Uma formação ampla e integral baseia-se no ideário da politecnicidade, integrando ciência, cultura e tecnologia, visando o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas e não um mero adiestramento para os interesses do mercado. Nessa perspectiva, “o ideário da politecnicidade buscava e busca romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 35).

Conforme afirma Frigotto (2001), não há educação sem utopia. Dessa forma, (re)pensar a avaliação da aprendizagem e refletir sobre a importância do Conselho de Classe, entre outras dimensões do processo educativo, tornam-se ações necessárias em busca da formação integral dos estudantes.

2.2 O Conselho de Classe e a avaliação da aprendizagem: um repensar necessário da prática pedagógica

Ao falar em formação integral do ser humano, faz-se necessário uma reflexão sobre a avaliação, pois ela é intrínseca ao processo de ensino-aprendizagem, bem como em todas as relações. Somos avaliados, no trabalho, na família, no trânsito, nos espaços que ocupamos.

Numa perspectiva de formação integral, na qual importa o desenvolvimento de todas as potencialidades - e não a formação tecnicista e fragmentada - é

fundamental uma concepção de avaliação baseada na emancipação e na formação de cidadãos capazes de refletirem e transformarem o mundo do trabalho.

Dito de outro modo, na concepção emancipatória de ensino, a aprendizagem é processual, dinâmica e contínua. Portanto, quando o Conselho de Classe se limita a discutir uma simples aprovação ou reprovação dos educandos sob sua responsabilidade, lida com a avaliação de aprendizagem, de forma controversa. A prática equivocada do processo de avaliação refere-se aos conceitos de avaliação e exame, que diferem entre si. E quais seriam as diferenças entre exame e avaliação? A esse respeito Luckesi (2000), afirma que examinar é algo pontual, classificatório e seletivo. Já a avaliação é processual, dinâmica e inclusiva. Ou seja, o exame considera o aqui e agora, enquanto para avaliação importa o caminho seguido até o momento e o planejamento futuro. O exame é classificatório pois não possibilita ao sujeito manifestar novas qualidades, afirma Luckesi (2000). A avaliação é dinâmica ao preocupar-se em reorientar o estudante para que consiga alcançar resultados satisfatórios ou mais satisfatórios.

Num ato inicial de acolhimento do professor com o estudante, abre-se espaço para construção de vínculo e para o movimento da inclusão, oposto ao exame que é seletivo e, por consequência, exclui parte da população escolar.

A tendência examinadora tem suas raízes no século XVI, com pedagogia jesuítica⁴. Essa tendência permanece até hoje e para superá-la, precisamos conhecer seus efeitos na educação. Vivemos numa sociedade onde a conquista só tem sentido quando passa pelo sacrifício. Nessa perspectiva, os exames são aplicados como forma de penalidade ao erro, desconsiderando a formação integral e o ser humano como indivíduo em construção.

De acordo com Luckesi (2000), a avaliação da aprendizagem deve pautar-se

⁴ Segundo afirma Melo (2016, p. 4): “A educação jesuítica não se restringe à educação escolar, ela tem como maior objetivo converter os gentios à Fé Católica e os formar nos valores e padrões europeus[...] Os jesuítas foram peças fundamentais para o início da história da educação no Brasil. Foram eles os primeiros professores; criaram uma pedagogia própria para alcançar êxito em sua missão, a pedagogia brasileira. Assim, os jesuítas por meio da experiência em terras brasílicas, adaptaram e até mesmo modificaram seus próprios pensamentos e próprias atitudes na relação com os gentios.” Os índios eram chamados pelos jesuítas de gentios.

numa visão construtivista, de ser em movimento e em construção. Nessa concepção, o educador tem a função de acolher o estudante, nutrir de conhecimentos e confrontá-lo amorosamente, mas não numa visão romantizada e sim num sentido de provocar a reflexão e a constante busca do conhecimento. Nesse processo, vai se construindo a avaliação que diagnostica, sinaliza as dificuldades e potencialidades e com isso, reorienta o processo de ensino e aprendizagem.

Partindo desse princípio, a avaliação pode ser considerada com pista de duplo sentido, pois o educador também faz parte do processo de avaliação. Ou seja, tanto o educador como o educando são avaliados. No processo de avaliação o educador precisa sentir-se incomodado com sua prática pedagógica e desejar mudança. Sendo dessa forma, como educadores precisamos nos reeducar para compreender que o processo de avaliação é diferente de provas, trabalhos e boletins escolares.

Infelizmente, no sistema educacional atual a nota tem se tornado a própria avaliação, enquanto que deveria ser somente um registro. A avaliação é um processo amplo e complexo, que levará tempo, investimento e superação de muitas dificuldades para que essa experiência seja culturalmente efetivada. Em suma, baseados na utopia de contribuir para a formação integral, torna-se necessário pensar no Conselho de Classe como parte desse processo amplo, dinâmico e inclusivo.

De acordo com Libâneo (2001, p. 6), o Conselho de Classe,

é um órgão de natureza deliberativa quanto à avaliação escolar dos alunos, decidindo sobre ações preventivas e corretivas em relação ao rendimento dos alunos, ao comportamento discente, às promoções e reprovações e a outras medidas concernentes à melhoria da qualidade de oferta dos serviços educacionais e ao melhor desempenho escolar dos alunos.

Na mesma linha que define o Conselho de Classe como órgão deliberativo, Dalben (2004, p. 31) o define como sendo um

órgão colegiado, presente na organização da escola, em que vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores

pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos, das diversas turmas, séries ou ciclos.

Desta forma,

é, portanto, necessário reunir os diversos envolvidos nesse processo para, coletivamente analisar o panorama da aprendizagem num dado momento e tomar decisões acerca de ações a serem tomadas. Esse é o papel do conselho de classe, órgão colegiado da escola em que diversos profissionais que atuam com uma turma (ou os diversos professores de uma mesma série/ano) juntam-se à equipe pedagógica para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas/séries a cada bimestre/trimestre e o que ele indica, bem como apontar alternativas para garantir a aprendizagem. (Suhr, 2022, p. 147)

Apesar dos autores enfatizarem que o Conselho de Classe reflete e delibera sobre a avaliação e o desempenho dos estudantes, isso não significa que exclui do processo de avaliação, a influência da prática pedagógica, a importância da autoavaliação docente, o papel do educador, da gestão e da instituição como um todo, enquanto partes desse processo avaliativo e protagonistas para o planejamento de futuras ações que colaborem para resultados mais satisfatórios de todos os envolvidos.

Moraes, Stella e Teruya (2011, p.13234), reforçam que os conselhos de classe deveriam ser momentos de leitura e reflexão sobre o cotidiano escolar, incluindo as práticas docentes.

No Instituto Federal Catarinense, foi construída a Organização Didática dos Cursos do IFC. Portanto, cabe destacar que até 2021, existiam resoluções específicas para cada modalidade de ensino. A Resolução nº010/2021 do IFC uniu a Organização Didática de todas as modalidades em um documento unificado. A Organização Didática, “dispõe sobre as normas e procedimentos acadêmicos dos cursos em seus diferentes níveis, formas e modalidades” (Art. 1).

De acordo com o Art. 191 da Organização Didática, o Conselho de Classe além de ser um órgão consultivo e deliberativo, é também um espaço

de debate que avalia o andamento do trabalho pedagógico, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, a aprendizagem dos estudantes e a autoavaliação das práticas docentes, conduzindo ao diagnóstico das

dificuldades dos estudantes e apontando as mudanças necessárias e encaminhamentos pedagógicos.

Já o Art. 192 destaca as finalidades do Conselho de Classe:

- I - analisar dados referentes ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem, da relação docente-estudante, relação entre os próprios estudantes e outros assuntos específicos da turma;
- II - avaliar a prática pedagógica e os resultados das estratégias de ensino;
- III - sugerir ações pedagógicas a serem adotadas, visando superar as dificuldades diagnosticadas, analisando as potencialidades, fragilidades e rendimento escolar;
- IV - deliberar a respeito de assuntos pertinentes à aprovação, reprovação e formas de recuperação dos estudantes, pautando-se em critérios baseados no desempenho escolar e acompanhamento do estudante.

Em suma, por se tratar de um espaço coletivo que contribui para a organização efetiva da vida acadêmica dos sujeitos do processo, o Conselho de Classe, assume também o protagonismo de um espaço avaliativo e auto-avaliativo do processo de ensino-aprendizagem como um todo.

Nunca é demais lembrar que todas as discussões e tomadas de decisões no decorrer do conselho precisam ter como referência aspectos qualitativos, tais como o avanço do aluno, as ações que cada professor tomou no decorrer do bimestre/trimestre para recuperar a aprendizagem, o desempenho em todas as áreas do conhecimento, as situações de inclusão, as condições da escola que possam ter interferido, dentre outros. (Suhr, 2022, p. 152)

Trata-se de uma reflexão diagnóstica, tanto do desenvolvimento dos estudantes, como da prática docente e da instituição, que deve refletir no planejamento futuro. Esse movimento coletivo traz em si a potencialidade de subsidiar as próximas ações da escola e das famílias dos estudantes, no sentido de acompanhar as possíveis dificuldades e avanços do processo ensino-aprendizagem, contribuindo efetivamente para uma formação integral, *omnilateral* e emancipatória.

Para tanto e de acordo com o que estabelece o IFC, esta pesquisa aborda a avaliação enquanto processo que dialoga com a concepção de formação integral, e é capaz de dignificar o ser humano na sua totalidade, objetivando que sua formação o permita compreender a realidade, construindo-a e transformando-a.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC)⁵ e, buscando atender aos objetivos geral e específicos desta pesquisa, a mesma é classificada como aplicada, com relação à natureza, pois, conforme indica Zanella (2013), teve a intenção de gerar soluções aos problemas humanos e, de acordo com Gil (2023, p. 26) são “pesquisas voltadas à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica”.

Quanto à abordagem denomina-se qualitativa, pois concordando com Zanella (2013, p. 99) este tipo de pesquisa “preocupa-se em conhecer a realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados”.

No tocante aos objetivos se definiu como pesquisa exploratória, pelo fato de buscar investigar a compreensão dos indivíduos envolvidos, ou seja,

proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. (Gil, 2023, p. 41)

Com relação aos procedimentos técnicos, caracterizou-se como pesquisa-ação, pois o desenvolvimento da pesquisa, a análise dos dados, a construção e a aplicação do produto educacional possibilitaram a compreensão, intervenção e possibilidade de modificar a realidade.

Severino (2016, p. 127), por exemplo, afirma:

O conhecimento visado articula-se a uma finalidade intencional de alteração da situação pesquisada. Assim, ao mesmo tempo que realiza o diagnóstico e a análise de uma determinada situação, a pesquisa-ação propõe ao conjunto de sujeitos envolvidos mudanças que levam a um aprimoramento das práticas analisadas.

Entretanto, esta pesquisa envolveu os profissionais que atuam nos cursos de Informática e Química do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Catarinense,

⁵ Número do Parecer emitido pelo Comitê de Ética: 5.189.155

Campus Brusque. Contudo, esta modalidade - Ensino Médio Integrado (EMI) - passou a ser ofertada neste *Campus*, a partir de 2017. As matrículas para esta modalidade acontecem a cada início de ano letivo. Os interessados participam de um processo seletivo, divulgado por edital. O processo conta com inscrição e prova classificatória. Após estas etapas é divulgada a lista de classificação e o edital de matrículas. Anualmente, são abertas 160 (cento e sessenta) vagas para iniciar o EMI. Ao todo, são atendidas doze (12) turmas, sendo seis (6) de cada curso (Química e Informática) e quatro (4) de cada ano (1º, 2º e 3º). Cada turma conta com um número aproximado de quarenta (40) estudantes. Ou seja, ao todo, tem-se, aproximadamente, 480 (quatrocentos e oitenta) estudantes no EMI por ano letivo.

Participam das reuniões dos Conselhos de Classe a equipe pedagógica - composta por psicólogo(a), assistente social, técnicos(as) em assuntos educacionais, pedagogo(a), coordenação geral de ensino e coordenações dos cursos - docentes da área comum e da área técnica - aproximadamente doze (12) docentes das áreas técnicas e vinte (20) docentes do núcleo comum - e representantes estudantes das turmas - sendo dois (2) representantes por turma, totalizando vinte e quatro (24) estudantes.

Para esta pesquisa, foram considerados dois grupos para a coleta de dados. O grupo dos docentes - representado por doze (12) professores regentes das turmas - e a equipe pedagógica atual - coordenação geral de ensino, dois (2) coordenadores dos cursos de Ensino Médio Integrado e membros do SISAE (técnico em assuntos educacionais, pedagoga e assistente social) - em um total de dezoito (18) servidores.

Levando em conta o tempo e a quantidade de envolvidos nas reuniões de Conselho de Classe, optou-se pela seleção dos dois grupos diretamente envolvidos na pesquisa (docentes e equipe pedagógica). O número limitado de docentes doze (12), utilizou-se como critério a regência, por acreditar que estes tenham um contato mais próximo com as respectivas turmas. Regente, nesse caso, refere-se ao

docente escolhido por turma, no início do curso, por aclamação, levando em consideração a afinidade e o vínculo com o grupo. Este servidor, junto com o estudante representante de turma, acaba sendo um canal de comunicação mais próximo, da turma com o Conselho de Classe. Com relação à equipe pedagógica, considerou-se todos os envolvidos, que estejam em pleno exercício durante a aplicação das entrevistas. No total foram quatorze (14) entrevistados, sendo que alguns docentes eram regentes de mais de uma turma ou ocupavam, além da regência, função de coordenação. Esta seleção foi realizada, considerando que

uma amostra intencional, em que os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes, mostra-se mais adequada para a obtenção de dados numa pesquisa-ação. (Gil, 2023, p. 143)

Para coleta de dados o instrumento utilizado foi entrevista semiestruturada (ANEXO C), que seguiu um roteiro elaborado previamente, mas dando flexibilidade à sequência de perguntas (Zanella, 2013). A mesma teve como foco os relatos que externalizam a compreensão dos sujeitos da pesquisa sobre a função do Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica.

Ao todo, foram realizadas quatorze (14) entrevistas. Os participantes eram membros do SISAE (Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais), Coordenadora Geral de Ensino, Coordenador do Curso Técnico em Química, Coordenador do Curso Técnico em Informática e professores regentes. As entrevistas foram realizadas entre 18 de dezembro de 2022 e 03 de março de 2023, de forma individual e presencial, no IFC *Campus* Brusque. Como as entrevistas foram realizadas entre o final de um ano letivo e início do subsequente, procurou-se entrevistar os regentes atuantes em 2022.

Outrossim, todas as entrevistas foram gravadas com autorização prévia dos participantes e, por conseguinte, as referidas gravações foram transcritas e os dados coletados foram analisados e interpretados à luz da Análise Textual Discursiva (ATD). Concordando com Moraes e Galliazi (2006, p.118), diríamos que “a análise

textual discursiva é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso”. Trata-se, no entanto, de uma ferramenta aberta, que exige um ir e vir do pesquisador, onde a realidade não é dada pronta, pois exige reflexão e interpretação.

Moraes e Galliazi (2006, p.120), afirmam ainda que

Ao mesmo tempo há a percepção de um instrumento com grande potencial para fazer emergir a criatividade. Os mestres indicam que trabalhar com a análise textual discursiva exige disciplina e rigor, acarretando de modo simultâneo o prazer propiciado por um trabalho criativo e original.

Importante explicar que, na apresentação e análise dos dados, foi preservado o anonimato dos participantes, sendo, estes, identificados apenas como SUJEITO, acompanhados de uma letra de ordem alfabética.

3.1 Produto Educacional

Conforme exposto no decorrer deste artigo, o Conselho de Classe pode proporcionar a auto-avaliação dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, numa perspectiva de reflexão diagnóstica, tanto do desenvolvimento dos estudantes, como da prática docente e da instituição.

Desta feita, a proposta do produto educacional em formato de oficina, levando em consideração os seguintes questionamentos: a) de que forma pode-se construir um produto educacional que possa contribuir com o processo de reflexão e construção do conhecimento, organização e prática do Conselho de Classe? Quais servidores participarão da aplicação do produto educacional? Será que este formato de produto e a sua aplicação serão acessíveis a este público? Quais os conceitos que deverão ser abordados e de que forma? Quais as contribuições possíveis deste produto em forma de devolutiva aos envolvidos no Conselho de Classe?

Por outro lado, visando contemplar as perguntas acima aludidas, o produto educacional constituiu-se na oficina denominada “Conselho de Classe no Ensino

Médio Integrado: características e possibilidades”, aplicada durante a Formação Pedagógica, no início do ano letivo de 2023, ofertada aos servidores do IFC *Campus* Brusque. Justamente, o objetivo da oficina, enquanto produto educacional, foi tornar mais compreensível aos docentes e técnicos que atuam no Ensino Médio Integrado do IFC - *Campus* Brusque, a relevante função do Conselho de Classe nos cursos de ensino médio, da Educação Profissional e Tecnológica, numa perspectiva de formação integral.

Para a avaliação do produto educacional, foi utilizado um questionário avaliativo impresso, composto por cinco (5) questões objetivas e uma (1) discursiva. Para as questões objetivas, foi utilizada a escala Likert, na qual o respondente é convidado a emitir o seu grau de concordância. Nesse questionário utilizou-se os critérios adequados, adequado parcialmente e inadequado. Os aspectos avaliados foram temática, conteúdo teórico, tempo disponibilizado para a oficina, desenvolvimento da temática/estrutura e reflexão crítica apresentada e, ao final, os respondentes puderam emitir suas opiniões na forma de críticas ou sugestões.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O *Campus* possui doze (12) turmas de Ensino Médio Integrado e trinta e quatro (34) docentes que atuam diretamente nessas turmas. Dos quatorze (14) servidores entrevistados, onze (11) deles eram docentes, ou seja, um percentual de, aproximadamente 32% (trinta e dois por cento) do total desta categoria. Além da docência, alguns ocupam outras funções como, por exemplo, Coordenador ou Regente de turma.

Contudo, é importante relatar que o Conselho de Classe final foi realizado nos dias vinte (20) e vinte e um (21) de dezembro de 2022. Esse dado torna-se importante, pois algumas entrevistas foram realizadas próximo destas datas, um dos motivos que instigou aos participantes uma profunda reflexão sobre o assunto, tendo

também influenciado nas respostas dos participantes.

No primeiro bloco, o participante falava um pouco de suas experiências profissionais, relatando como foi sua escolha pela área da Educação, seu ingresso na rede federal de ensino, em especial, no IFC, bem como o exercício da sua função atual. Na sequência, em um segundo bloco de perguntas, questionou-se como estes servidores compreendem a Formação Integral e a Avaliação da Aprendizagem, na sua prática profissional. Sendo que no terceiro e último bloco, a ênfase recaiu sobre a temática central da pesquisa. Dessa forma os participantes foram questionados sobre a definição e função do Conselho de Classe. Além disso, foram também instigados a avaliar a prática desse colegiado no Ensino Médio Integrado, descrevendo sua participação enquanto membro deste importante órgão, cujo objetivo é repensar e redirecionar a prática pedagógica dos sujeitos do processo. Ao final, puderam relatar as fragilidades e potencialidades da realidade vivenciada no Conselho de Classe do IFC *Campus* Brusque.

1º Bloco: TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Por se tratar de uma entrevista e para “quebrar o gelo” do momento, no sentido de construir vínculo e deixar o participante mais à vontade, optou-se em iniciar a conversa, com algumas perguntas mais abertas, relacionadas à trajetória profissional, desde os primeiros vínculos profissionais, formação acadêmica, escolha pela área da Educação e ingresso como profissional na EPT.

Dos quatorze (14) participantes, doze (12) possuem licenciatura. Um deles possuía formação na área técnica, mas durante a carreira de magistério, fez a licenciatura. Outro docente não possui licenciatura, mas concluiu o mestrado na área da Educação. Somente um servidor, que não atua como docente, não possui licenciatura ou pós-graduação em Educação.

A respeito da carreira docente, dez (10) deles atuaram, em algum momento,

como docentes em instituições de ensino não vinculadas à Educação Profissional e Tecnológica. Apenas dois (2) entrevistados iniciaram sua carreira no magistério, com o ingresso na EPT e outros dois (2) servidores nunca tiveram vínculo profissional como docente. Entre os quatorze (14), o docente com maior tempo de atuação na EPT, ingressou em 2008.

Entre os motivos que levaram estes profissionais a aderirem a Educação como seu campo de trabalho. Seis (6) dos entrevistados afirmaram ter escolhido a área por influência de parentes ou familiares. Trata-se de pessoas mais próximas como pais, mães, irmãs e tios/tias que exerciam a função de professores ou até mesmo não sendo professores desejam ver os filhos nessa função. Dos quatorze (14), dois (2) deles se tornaram docentes antes de cursarem a licenciatura, por indicação de colegas que já eram professores. Um professor ingressou no magistério somente porque seu curso de formação foi sua segunda opção, já que na primeira, não tinha sido aprovado no vestibular. Acabou seguindo nesta área, mas atualmente, está concluindo o curso desejado e pretende seguir a carreira na área de Direito. Os demais foram experimentando durante a formação acadêmica, através de estágios, projetos de pesquisa e acabaram se interessando pela Educação, mais especificamente pela EPT e pelo Instituto Federal, tanto pela atuação como pelo plano de carreira.

Ora, é importante destacar que os aspectos da trajetória de vida, pessoal, acadêmica e profissional, conforme descreve Dalben (1992, p. 146),

trazem à tona questões de valor, de expectativas, de preferências, de desempenho de papéis próprios, de referenciais ideológicos determinados e diferenciados, que mostram como as representações dos sujeitos podem ou não interferir na sua prática, encaminhando os Conselhos de Classe para direções diversas.

Ou seja, a prática e as concepções teóricas de cada sujeito, não são independentes das relações sociais e da sua construção sociocultural historicamente construída. Ratifica-se, portanto, os dados trazidos neste bloco, no qual percebeu-se que a relação de história de vida dos participantes com a escolha pela área da Educação.

2º Bloco: Formação Integral e Avaliação

Após relatarem sobre suas trajetórias profissionais, incluindo o ingresso na Educação Profissional e Tecnológica, os participantes foram provocados, isto é, instigados a falar sobre o entendimento que possuem no que tange a Formação Integral e Avaliação.

Ora, sabendo que os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia defendem a concepção de Formação Integral, questionou-se aos participantes o que eles entendiam por Formação Integral. Em resposta à questão, os entrevistados valeram-se de alguns termos conforme a transcrevemos a seguir, afirmando “sujeito integral”, “a pessoa na sua completude”, “formação para a vida”, “formação do indivíduo como todo”, “compreensão global do mundo”, “formar um cidadão completo”, “ser social”, “cidadão capaz de agir no mundo” e “formação cidadã”. Além dos termos já citados, todos os participantes ao fazerem as suas falas disseram que a Formação Integral do Estudante, ultrapassa a formação relacionada aos conteúdos científicos (componentes curriculares de núcleo comum e também os técnicos), pois forma o ser humano para o mundo do trabalho e não somente para o mercado de trabalho.

Conforme Ciavatta (2015, p. 61): “A expressão “mundo do trabalho”, nesse sentido, não significa, como alguns querem crer, o mercado de trabalho que tem por base a produção, a circulação e o consumo de mercadorias e a compra da força de trabalho”.

Assim sendo, o termo mundo do trabalho abarca algo mais complexo, pois envolve as relações culturais e sociais da vida humana, geradas pelas atividades produtivas e laborais, ou seja, pelo trabalho na sua essência e não somente, atendendo às necessidades do capitalismo. Numa concepção de formação integral, busca-se a formação dos estudantes para o mundo do trabalho.

Apesar de alguns conflitos de termos utilizados, dos quatorze (14) entrevistados, nove (9) deles, em suas falas revelaram compreender a concepção de

formação integral, a partir do exemplo de três recortes abaixo.

É uma formação que vai muito além de uma formação conteudista. Vai passar por outros âmbitos que vão trazer a cultura, o esporte, para dentro da sala de aula, para o dia a dia do estudante, que vai ter na escola um espaço não só de sala de aula, mas um espaço-campo para outras vivências, outras experiências, outras experimentações. Vai proporcionar a esse estudante uma compreensão global do mundo, fugindo um pouquinho das gavetas, o que ainda é um grande desafio (Sic - Sujeito G)

Formação integral é a formação de um cidadão capaz de agir no mundo. Esse sujeito precisa estar munido de uma série de 'ferramentas', 'conteúdos', 'habilidades'. Essa formação abrange vários conteúdos, várias áreas e essas áreas precisam se relacionar entre elas para que esse aluno consiga entender as relações e consiga agir a partir delas, desse conhecimento, dessas habilidades, dessas ferramentas, agir e exercer a sua cidadania na sociedade. (Sic - Sujeito L)

Eu acredito em duas perspectivas. Primeira: nenhum conteúdo deve ser tratado e considerado como sendo único; cada aula que a gente dá, ela está conectada com todo o resto. É uma forma de pensar que é difícil de colocar em prática. Todas as aulas precisam estar conectadas de alguma forma que faça sentido para o estudante. Segunda: formação cidadã. Não é só conteúdo. Tem muitas coisas que orbitam em volta de se estar preparado para a vida do trabalho. Formação como cidadão, como profissional, como pessoa, com os valores, com os princípios tanto sociais como profissionais. (Sic - Sujeito M)

Percebe-se que os sujeitos entrevistados trazem a concepção de formação integral, numa ideia de totalidade, onde nenhum conceito é tratado separadamente e fragmentado. Considera-se aqui a formação do cidadão crítico, capaz de agir e transformar o mundo. Assim, faz sentido recorrermos a complexidade do termo apontado por Corrêa (2012, p. 136), quando afirma:

A complexidade dessa formação aponta para a importância de considerá-la como um processo ético, político e cultural, que se fundamenta na compreensão da educação como prática social e cultural, como relações sociais entre seres humanos. Significa que as atividades educativas na escola não podem ter uma visão reducionista de transmissão de conhecimentos, desenvolvimento de competências, saberes, habilidades, mas o reconhecimento de que para a formação do trabalhador para as relações sociais de produção a escola tem que priorizar a sua constituição como seres humanos e sociais, englobando maneiras de viver, sentir e pensar.

Quando questionados sobre o que entendiam por avaliação, treze (13) dos participantes declararam, de alguma forma, dificuldades em praticar o processo avaliativo da forma que consideraram ideal. Ademais, definiram a avaliação enquanto

processo, mas também, relacionaram sua compreensão com o foco no estudante, tendo dificuldades em reconhecer que o trabalho docente, pedagógico e institucional faz parte desse processo, portanto, deve ser avaliado, conforme transcrevemos abaixo a fala dos entrevistados:

A avaliação é um momento para o aluno e não só para o professor, saber o quanto ele tem daquilo guardado, quanto ele precisa. (Sic -Sujeito A)

Na forma mais tradicional, se aplicam provas e outras formas de averiguar o que a pessoa reteve. Prefiro pensar no processo de avaliação, de forma contínua, que se dá todo dia com o professor em sala de aula, avaliando o progresso que o estudante tem. (Sic-Sujeito B)

A avaliação, para mim, é processual e contínua. Ocorre em todo momento, desde o primeiro dia de aula. Eu faço uma avaliação, uma prova, um trabalho ou um seminário com eles para provar aquilo, mas eu não precisaria fazer isso, porque eu acho que o acompanhamento diário do estudante, o acompanhamento das perguntas dele em aula, das dúvidas, de olhar as atividades que ele faz, o quanto ele avança do primeiro dia de aula até o último, o raciocínio, tudo isso é a avaliação. (Sic-Sujeito D)

O que eu acho que deveria ser e o que ela é, são duas coisas diferentes. A avaliação escolar praticada, aquela que acontece, e eu entendo nosso contexto aqui, como aquela avaliação punitiva, aquela avaliação quali-quantitativa, assim como ela é praticada hoje, geralmente se dá por meio de prova. O que eu entendo que deve ser a avaliação, é uma avaliação com várias dimensões. Tem um processo pedagógico, tem o professor, tem o estudante. O estudante precisa dar o retorno para o professor, do processo de aprendizado dele. Então, tem esta relação: o professor precisa ver algo. A coisa mais simples de ver é o número. É uma nota. Então, a gente transforma todo aquele processo complexo de aprendizagem numa nota. A avaliação numérica tem esse retorno. Transforma algo que é complexo em algo simples e visual. É impossível um professor olhar para cada aluno individualmente quando há quarenta, e uma hora e meia de aula. A avaliação deve se preocupar com o indivíduo. É transformar aquele estudante num indivíduo e não num número dentro de quarenta. (Sic-Sujeito L)

Ainda em relação ao processo de avaliação, é oportuno considerar o relato de um docente participante que ocupa um cargo de chefia sobre a importância da avaliação do trabalho docente e sua complexidade. Segundo ele:

Esse também é um assunto bem complexo. Avaliação é um dos mecanismos, uma das ferramentas à disposição do nosso fazer docente, para acompanhamento dos estudantes, que deve servir como retroalimentação para o docente. Avaliação é um processo mútuo em que estão envolvidos todos os autores. Não deve servir como mecanismo punitivo, mas ao meu ver, de acompanhamento, de apoio e de autoavaliação, para que a gente possa, a partir da identificação de algumas lacunas, algumas dificuldades, alguns déficits dos estudantes, pensar que outras formas e mecanismos a gente pode procurar ter à nossa

disposição para melhorar esse processo. Acho que o método que a gente usa hoje de avaliação, de números, de provas, principalmente, não seja o melhor, pelas diferentes habilidades e competências que os nossos alunos têm. Acho que, ainda hoje, a gente tem essa ferramenta delicada, frágil, mas é o que está à nossa disposição. (Sic-Sujeito G)

No processo de avaliação, observa-se tal como afirma Suhr (2022, p. 163) que, “mesmo em escolas nas quais há consciência sobre a avaliação num sentido emancipatório, há vários entraves burocráticos para que ela se efetive”, dificultando o fazer pedagógico e as reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem. O tempo estipulado para as reuniões de Conselho de Classe, a quantidade de estudantes em cada turma, o tempo livre para reuniões, grupos de estudos e projetos, são algumas das dificuldades encontradas no cotidiano institucional. Ou seja, mesmo numa instituição que tem seus documentos respaldados na concepção da politecnia e formação integral do sujeito, como exemplo do IFC, as barreiras burocráticas estão presente, como exemplificado nas falas a seguir:

É difícil, eu confesso, porque são turmas enormes. Muitas vezes o que a gente quer, não é o que a gente consegue fazer. É um processo que começa desde o primeiro dia de aula até o dia que vou fazer um momento avaliativo com eles. (Sic-Sujeito E)

Acho que é muito complexo e eu ainda não tenho uma definição formada de avaliação. Não acho que um dia seja possível trazer uma definição exata de avaliação. Eu enxergo, hoje em dia, na minha prática, a avaliação como algo que é muito mais significativo para mim do que para o aluno. Eu consigo enxergar um universo muito maior do que ele está aprendendo ou não, ele estudou para uma prova ou não. (Sic-Sujeito I)

Diante dos dados apresentados neste bloco, foi possível constatar que os servidores entrevistados demonstram compreensão sobre a concepção de Formação Integral e Avaliação defendida na EPT, porém, relatam dificuldades em aplicar tal avaliação enquanto uma atividade processual e dinâmica em sua prática docente e profissional. Em contrapartida, nas falas dos entrevistados identificou-se a ausência do reconhecimento da avaliação e autoavaliação do trabalho docente como elemento basilar do processo de ensino e aprendizagem.

3º Bloco: Conselho de Classe e sua vivência no IFC *Campus* Brusque

No bloco final de perguntas, todos os entrevistados puderam expressar livremente o seu ponto de vista sobre o entendimento que possuíam a respeito do Conselho de Classe, fazendo, inclusive, uma avaliação da organização e prática desse órgão no IFC *Campus* Brusque, além de realizarem uma autoavaliação da sua participação nesse conselho.

Neste bloco de perguntas, fazendo relatos referentes ao Conselho de Classe, os servidores entrevistados se incluíram como protagonistas e sentiram-se instigados a repensar o seu fazer-pedagógico, de modo a contribuir para a evolução do processo ensino-aprendizagem como um todo. Não obstante, durante a coleta de dados, oito (8) participantes da entrevista compartilharam desta compreensão, conforme os argumentos apresentados abaixo:

Como se fosse julgamento. A gente não consegue ver o Conselho como processo que deveria acontecer. Deveria ter outras etapas mais desenvolvidas, que não acontecem. Um pré-conselho melhor feito, uma integração maior da turma com o regente, do regente com o resto do corpo docente. Deveria ser o cume de um processo de acompanhamento, há mais tempo. Ali deveria ser o momento para ver os objetivos alcançados e traçar estratégias para o próximo período. (Sic-Sujeito B)

Compõe todos os professores e deve ser um momento de reflexão, a gente avaliar o estudante, não individualmente em cada componente, mas avaliá-lo no contexto. (Sic-Sujeito D)

Conselho de Classe é aquela troca, um fala, outro fala, e a gente consegue fazer aquela avaliação em conjunto, do todo, que seria uma formação integral, do indivíduo, em todos os aspectos. Quando a gente se encontra no Conselho e conversa, todos nós juntos, nós conseguimos concluir o processo avaliativo. (Sic-Sujeito E)

Teoricamente é um órgão na estrutura do instituto, mas é também um espaço de discussão pedagógica específica sobre um grupo de alunos, um grupo de pessoas. Ele é concreto e toma decisões. A função dele seria discutir, ao final do ano, resolver sobre o futuro acadêmico dos alunos, mas no decorrer do ano, tentar acumular discussões. Parece tão simples, mas é meio difícil se você parar para pensar. (Sic-Sujeito J)

No decorrer das entrevistas, um dos participantes definiu as atividades do Conselho de Classe enquanto órgão e as reuniões de finais de trimestres como sendo parte de um processo.

Hoje a gente entende o Conselho de Classe como um momento. Reunião do Conselho de

Classe, dentro do Conselho de Classe. E a reunião do Conselho de Classe é um momento em que as pessoas se reúnem para falar sobre esse processo. Momento de troca e tal. Ele é um momento sempre final. O Conselho de Classe é meio sofrido, para professores, para os envolvidos, porque é um momento que envolve muitas subjetividades. Tem aquela coisa do orgulho, que é essa coisa difícil de se autoavaliar. Acaba virando um julgamento sobre os alunos e nunca sobre o processo. A gente nunca fala da prática docente. Hoje não existe um espaço para avaliar a prática pedagógica. Acho que o Conselho de Classe é, para mim, talvez o local para repensar as práticas. Aquele ali é o único órgão que tá todo mundo. O Conselho de Classe, mais do que avaliar o desempenho do aluno, precisava falar do processo e ter essa função de processo pedagógico como um todo. (Sic-Sujeito L)

A maioria dos participantes da entrevista buscou o foco das discussões nos estudantes, todavia, seis (6) deles destacaram a carência de diálogo sobre avaliação na prática docente, conforme relatos abaixo:

Acho que é um momento muito importante em que diagnósticos e reflexões poderiam ser feitos. O professor sozinho tem muita dificuldade de conseguir dar conta de tudo isso e eu acredito que o Conselho de Classe pode ajudar. Se a gente conseguisse chegar nisso, seria algo fantástico. Oportunidade que os professores teriam de conseguir repensar a sua prática, o seu trabalho, durante o trabalho. (Sic-Sujeito M)

O Conselho de Classe é um momento de detectar problemas. A gente acaba não tendo tempo de falar do que é bom. Ponto de partida para todas as ações que vem depois dele, da gestão, de quem acompanha o aluno, do professor em sala de aula e muitas vezes fora de sala de aula, inclusive. O professor não pode se eximir de dizer no Conselho que o aluno está insatisfatório e achar que aquilo é o suficiente para ele. Então, tem que partir disso para buscar uma melhora na sua prática, porque se o aluno não está bem, pode ser que o problema seja o professor e não o aluno. (Sic-Sujeito I)

O Conselho de Classe é parte fundamental e fundante talvez do processo avaliativo como um todo. É composto por diversas áreas e atores desse processo todo da educação. É o espaço e o momento designado para uma análise mais apurada, mais detalhada e mais global do estudante. A função desse órgão é dar subsídios e elementos para o acompanhamento pedagógico dos estudantes e dos professores também, porque os Conselhos de Classe também têm que servir ou deveriam servir para uma autoavaliação e uma retroalimentação do fazer docente. (Sic-Sujeito G)

Podemos inferir que os docentes sentem a necessidade de momentos de diálogo e espaço para troca de experiências. Eles percebem que as reuniões de Conselho de Classe acabam tão somente focando no julgamento do estudante quanto que deveriam ser um momento de levantamento de diagnósticos e estratégias para melhoria da prática docente.

Com relação à avaliação da organização e prática do Conselho de Classe no IFC Campus Brusque, todos os servidores que participaram da pesquisa afirmaram ser bem planejados e organizados. Destacam a importância da planilha⁶ utilizada como base de dados, pois a mesma possibilita a visão geral de cada turma, dos estudantes e dos encaminhamentos, conforme os depoimentos abaixo transcritos:

De todos os conselhos que eu já participei na vida, esses que nós temos aqui são os mais organizados. A gente não leva em consideração só o número, mas sim, todo o contexto. As planilhas auxiliam bastante o andamento do Conselho e a própria visão que cada professor tem. Quando a gente vai preencher, você dá uma olhadinha como está a situação geral desses alunos. Isso proporciona que a gente também consiga fazer uma autorreflexão sobre o nosso trabalho. Então eu acho perfeito, muito bem organizado. (Sic-Sujeito C)

No nosso Campus já avançou muito em relação ao Conselho de Classe. a gente tem vários instrumentos, porque a gente trabalha de forma coletiva. Todo mundo, de uma certa forma, colabora para a construção, porque nós temos um instrumento (planilha) que faz com que a gente consiga ver um panorama geral do estudante durante todo o crescimento dele da vida escolar, do primeiro, do segundo, do terceiro trimestre, em que a gente consegue avaliar o quanto esse estudante avançou, quais são as disciplinas que ele tem mais fragilidade. O que tu precisas fazer como professor para melhorar essa disciplina? Aqui no Campus a maioria (docentes) já consegue verificar que não é só a sua componente que vai avaliar, mas o todo do estudante é muito mais importante nesse momento do Conselho do que a avaliação individual. (Sic-Sujeito D)

Teve avanços, é um processo. Então, esse momento que você está fazendo aqui comigo, aqui no Campus e outros momentos também que estivemos discutindo sobre Conselho, de como fazer, eu acho que avançou muito. Esta pesquisa também é um processo de avaliação. Quase certo que haverá mudanças no nosso Conselho por conta da pesquisa que você está realizando aqui. Pode até ser referência para outros Campi e instituições. (Sic-Sujeito F)

Eu acho o melhor possível dentro das circunstâncias que a gente tem. Falta tempo. Acho razoável a forma como a gente estrutura, porque por meio da nota, da sinalização anterior, você sabe mais ou menos onde está. Eu acho adequado, pelo que eu já vi na minha vida, até são relativamente bons. (Sic-Sujeito J)

Vejo um esforço muito grande de tornar esse um momento significativo. O Conselho de Classe é muito mais voltado no olhar para o estudante. Cada Conselho, cada ano, vejo que

⁶ Planilha de Acompanhamento do Conselho de Classe: Esta planilha foi criada em 2007 e desde aquele ano vem sofrendo atualizações. Até 2022 eram criadas planilhas anuais. À partir da aplicação do produto educacional desta pesquisa, foi construída uma planilha permanente, por turma, na qual os dados são inseridos ano a ano, podendo consultar os registros de anos anteriores. As planilhas de cada turma possuem uma aba com orientações de preenchimento, outra aba com os acompanhamentos específicos realizados pelo SISAE e uma aba por trimestre/ano para preenchimento trimestral dos docentes, com critérios específicos.

a gente consegue se esforçar um pouquinho mais para melhorar, para tentar ir podando as arestas. Eu entendo que ele é bem organizado e positivo. Gosto de como está sendo feito, mas acho que tão importante quanto se preocupar com o estudante é se preocupar em como os professores estão tendo capacidade de executar o seu trabalho para contribuir com a formação do estudante. Para tentar acelerar esse avanço, para conseguir atingir os objetivos da formação integral do estudante, a gente precisa levar os professores juntos. (Sic-Sujeito M)

Finalmente, os participantes da pesquisa reconhecem a evolução no planejamento, organização e execução das atividades realizadas pelo Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado, do IFC *Campus* Brusque.

Conforme art. 190 da sua Organização Didática, o Conselho de Classe, no IFC, é um dos “fóruns para o desenvolvimento de ações pedagógicas de acompanhamento da frequência e do desempenho acadêmico dos estudantes, como por exemplo”, sendo obrigatório para os cursos técnicos. Assim sendo, é um órgão colegiado, no qual as suas deliberações “acerca da promoção e da reprovação devem considerar os estudos concluídos com êxito pelo estudante em anos/semestres anteriores, numa perspectiva de análise cumulativa, contínua e global” (IFC, 2021, art. 191).

Na sequência, o artigo art. 192 aponta as finalidades do Conselho de Classe, e informa que o mesmo está previsto em calendário acadêmico. Ou seja, a prática deste colegiado acaba, portanto, seguindo os moldes tradicionais, relacionando este colegiado a uma data específica, a um momento pré-definido ou ainda, em reuniões de finais de trimestres, que discutem a vida acadêmica dos estudantes e ao final de cada ano letivo deliberam sobre a aprovação e reprovação destes, reforçando o caráter de julgamento.

No IFC *Campus* Brusque, o Ensino Médio Integrado iniciou em 2017. Para o exame de classificação foram ofertadas oitenta (80) vagas, sendo que quarenta (40) delas para o Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química e as outras quarenta (40) vagas para o Ensino Médio Integrado ao Técnico em Informática. Em 2018, foram ofertadas cento e sessenta vagas (160). Abriram quatro (4) turmas, sendo que duas (2) de cada curso, com quarenta (40) estudantes. Em 2017 e 2018, todos os

inscritos foram contemplados com as vagas. A partir de 2019, a quantidade de vagas ofertadas se manteve em cento e sessenta (160), com a mesma quantidade de turmas por curso. Porém, a quantidade de inscritos já ultrapassou o número de vagas e nem todos tiveram a oportunidade de se matricular.

Esses dados demonstram que alguns fatores - duas (2) turmas de EMI, menos de oitenta (80) estudantes matriculados no EMI e carga horária docente inferior aos anos subsequentes - colaboraram para que as reuniões de Conselho de Classe no respectivo ano letivo (2017), apesar de seguir o padrão tradicional - na qual é discutido um estudante por vez, contemplando todos da turma e mantendo o caráter de julgamento, deliberando sobre a vida acadêmica daquele sujeito - conseguiram abrir um espaço para uma discussão mais detalhada.

Em 2018, passaram de duas (2) para seis (6) turmas, o que fez com que os demais fatores também se alterassem, fazendo com que a sistemática das reuniões de Conselho de Classe fosse repensada. Foram criadas as planilhas de Conselho de Classe, com o objetivo de otimizar o tempo das reuniões. As planilhas eram preenchidas antes dos encontros com as informações que os docentes e membros do SISAE consideravam importantes para discutir durante as reuniões. Durante os encontros de Conselho de Classe, a discussão girava em torno dos casos que tinham problemas de notas abaixo da média ou considerações anotadas na planilha.

Em 2019, o IFC *Campus* Brusque iniciou o ano letivo com doze turmas do EMI. Com a necessidade de otimizar o tempo disponível, as reuniões de final de trimestre dos Conselhos de Classe mantiveram o foco das discussões sobre os estudantes que tinham notas abaixo da média.

Em 2020, com a chegada da Pandemia, pensando em um cenário de atividades remotas, a planilha de Conselho de Classe foi reestruturada. Inclusive as reuniões eram realizadas remotamente e os casos discutidos eram aqueles que possuíam três componentes curriculares abaixo da média, especialmente, os casos acompanhados pelo SISAE e aqueles que tinham alguma dependência do ano

anterior. Os critérios utilizados eram numéricos. Todos os encaminhamentos e acompanhamentos do SISAE, pós-reuniões de Conselho, eram registrados para consultas posteriores.

Em 2021, as planilhas passaram a ter conceitos (atenção, insatisfatório, satisfatório e ativamente), que baseavam-se em intervalos numéricos, mas com o objetivo de reduzir o foco nas notas e discutir o cenário acadêmico dos estudantes observando todo, “o conjunto da obra”, expressão muito utilizada durante as reuniões, sempre chamando a atenção para pensar fora das “caixinhas”, considerando toda a trajetória acadêmica do ser, inclusive os anos anteriores no IFC e as questões pessoais que tínhamos conhecimento.

Em 2022, com o retorno parcial das atividades e trabalho presenciais, pós-pandemia de *Covid 19*, as reuniões de Conselho de Classe também voltaram a ser realizadas presencialmente. A base de dados utilizada continuou sendo as planilhas do *Google*, porém, nos mesmos moldes do ano anterior.

Em 2023, com a aplicação da oficina “Conselho de Classe no EMI: características e possibilidades”, que ocorreu na semana de formação realizada em fevereiro do mesmo ano, foi possível refletir e planejar as reuniões e ações do Conselho de Classe para 2023. Dessa forma, foi iniciada a construção do documento norteador e a reformulação das planilhas de acompanhamento para o formato permanente, de forma a ter os registros da turma no mesmo documento, durante os três anos de IFC.

Movidos pela concepção de uma formação integral na EPT, houve o empenho de um esforço conjunto entre os docentes e a equipe pedagógica que resultou em uma sinergia, isto é, um movimento dialético de ida e vinda, visando refletir sobre a prática pedagógica, bem como o repensar da *práxis* educativa.

4.1 Aplicação e Análise do Produto Educacional

O produto educacional, no formato de oficina - “Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado: características e possibilidades” - foi realizado no dia 3 de fevereiro de 2023, das 13h30min às 16h30min. Em acordo com a Direção Geral e Direção de Ensino do *Campus* Brusque, constituiu-se enquanto ação do NuPe (Núcleo Pedagógico) para compor carga horária e certificação de Formação Pedagógica do *Campus*. Por este motivo, os participantes - docentes e os Técnicos Administrativos em Educação - foram convocados pela Direção de Ensino do *Campus*. A data para a aplicação da oficina foi definida junto ao NuPe, levando em consideração as temáticas a serem discutidas durante a formação.

Os docentes e técnicos tiveram a possibilidade de compreender as particularidades do Conselho de Classe na EPT. Dessa forma, reconheceram a importância desse espaço coletivo de avaliação, reavaliação e autoavaliação do processo ensino-aprendizagem.

Estrutura da oficina:

1. Organização do espaço: uma das salas de aula, com carteiras, cadeiras, canetas e questionário de avaliação impresso, *notebook* e *datashow*. Antes de iniciar a oficina, o ambiente já havia sido organizado, o ar-condicionado ligado, e a apresentação (imagem e som) testada. A ideia era organizar um círculo de carteiras e cadeiras, mas o espaço físico não seria suficiente. Nesse caso, mantiveram-se as carteiras e cadeiras organizadas em fileiras.
2. Recepção dos servidores e apresentação da profissional do IFC, mestranda do ProfEPT.
3. Apresentação (com *slides*) dos objetivos e da justificativa da pesquisa que originou o produto educacional.
4. Na sequência, foi exibido um recorte do filme “Um sonho possível”, como reflexão inicial.
5. Por ordem, teve uma breve explanação teórica sobre o Conselho de Classe e a avaliação da aprendizagem.
6. Ao final desta, iniciou-se a organização, no coletivo, do Conselho de Classe de 2023. As ações realizadas foram: construção de um documento norteador para organização e funcionamento do Conselho de Classe; a revisão dos critérios e parâmetros das planilhas de Conselho de Classe; a definição do roteiro de Pré-Conselho,

oportunizou-se um espaço cuja finalidade acolher novas ideias, sendo contemplada como sugestão a construção de uma planilha de acompanhamento permanente dos estudantes, para que os docentes e a equipe pedagógica pudessem incluir dados e consultar a qualquer momento.

7. Avaliação da oficina e Café de integração.

No questionário avaliativo constava um item inerente aos dados pessoais dos participantes que foram devidamente preservados. Ao total, foram coletadas vinte e oito (28) respostas sistematizadas da seguinte maneira:

1. Referente à temática proposta (“Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado: Características e Possibilidades”), qual sua opinião?

Adequada - 27 respostas

Adequada parcialmente - 01 resposta

Inadequada - Nenhuma resposta

2. Como você avalia o conteúdo teórico apresentado na oficina?

Adequado - 24 respostas

Adequado parcialmente - 03 respostas

Inadequado - 01 resposta

3. Como você avalia o tempo disponibilizado para a oficina?

Adequado - 27 respostas

Adequado parcialmente - 01 resposta

Inadequado - Nenhuma resposta

4. Sobre a proposta de desenvolvimento da temática (apresentação teórica e a construção do documento norteador), qual sua opinião?

Adequada - 26 respostas

Adequada parcialmente - 02 respostas

Inadequada - Nenhuma resposta

5. Referente à perspectiva de reflexão crítica apresentada na oficina, qual sua opinião?

Adequada -26 respostas

Adequada parcialmente - 02 respostas

Inadequada - Nenhuma resposta

6. Espaço para contribuições dos participantes, transcrevemos na integra as respostas dos participantes, sem, contudo, identificá-los:

“Creio que poderia ter tido mais tempo, apesar da discussão ter sido extremamente válida.” (Sic)

“ Que Deus abençoe você, sua família e o seu trabalho! Parabéns! Sucesso no Mestrado e no futuro Doutorado.” (Sic)

“ Realizar a apresentação do resultado na pesquisa no IFC *Campus* Brusque.”(Sic)

“Sugiro que haja uma melhor padronização dos critérios para aprovação dos alunos, com o intuito de não ocorrer injustiças.” (Sic)

“ Planilhas de construção coletiva tem uma eficácia melhor. Muito bom poder construir junto.”(Sic)

“ Acho interessante a pesquisadora aplicar seu produto e realizar sua pesquisa no seu local de trabalho.”(Sic)

“ Contribuição muito pertinente para o trabalho docente.”(Sic)

“ Trabalho irá contribuir para a melhora do conselho de classe no *Campus*.”(Sic)

“ Parabéns pelo trabalho!” (Sic)

Diante dos dados obtidos na avaliação do produto educacional, constatou-se que o mesmo, no geral, atendeu às expectativas, podendo melhorar nos aspectos referentes ao referencial teórico abordado. A aplicação do produto educacional, possibilitou a participação ativa do grupo no planejamento e organização do Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica de 2023, do Instituto Federal Catarinense, *Campus* Brusque, visando a reflexão da organização e prática deste órgão e as possibilidades de futuras ações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo aborda o Conselho de Classe na perspectiva de formação integral, enquanto órgão colegiado envolvido em várias ações que contribuem para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

A questão norteadora da pesquisa consiste em investigar qual a função do Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, a partir da compreensão de docentes e demais profissionais da equipe pedagógica, do IFC *Campus* Brusque.

Conforme os objetivos geral e específicos, esta pesquisa buscou analisar a visão dos docentes e dos demais profissionais da equipe pedagógica do *Campus* Brusque do Instituto Federal Catarinense, sobretudo, debatendo sobre a importante função do Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado. Mediante a entrevista semiestruturada, mapearam-se os conhecimentos da equipe pedagógica e dos docentes, identificando as diferenças e convergências entre as percepções dos participantes, relacionando os conhecimentos destes sujeitos, com o referencial teórico e a legislação vigente. Os dados coletados e analisados, permitiram a elaboração de um produto educacional no formato de oficina, que foi aplicado durante o período de formação pedagógica dos docentes e da equipe pedagógica do IFC - *Campus* Brusque.

Diante dos dados apresentados, percebeu-se que os servidores entrevistados demonstraram uma determinada compreensão sobre a concepção de Formação Integral e Avaliação defendida na EPT, todavia, relataram encontrar dificuldades em aplicar a avaliação de maneira ideal em sua prática docente e profissional, alegando questões burocráticas como tempo estipulado para as reuniões de Conselho de Classe, quantidade de estudantes em cada turma, tempo livre para reuniões e grupos de estudos e projetos. Em suas falas foi possível ainda identificar a ausência do reconhecimento da avaliação e autoavaliação do trabalho docente como

elemento basilar do processo ensino-aprendizagem.

A aplicação do produto educacional (APÊNDICE A) possibilitou a participação ativa do grupo no planejamento e organização do Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica de 2023, do Instituto Federal Catarinense, *Campus Brusque*. Oportunizou aos sujeitos envolvidos, um momento de estudo, reflexão e construção de um documento norteador, referência para o Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica. Vale ainda registrar que o documento permanece em aberto para contribuições, no *Google Docs*. Portanto, os membros do Conselho de Classe podem contribuir fazendo sugestões durante as reuniões e(ou) mesmo por escrito, no próprio documento. Este instrumento visa à reflexão e a construção coletiva e permanente da organização e prática deste órgão.

Entretanto, além da construção do documento norteador, as planilhas já utilizadas nos anos anteriores, foram modificadas e transformadas em planilhas de acompanhamento contínuo. Esta ferramenta que, antes, tinha a função de registrar os dados trimestralmente para as reuniões de Conselho de Classe, atualmente, estão sendo aprimoradas de forma que concentrem os dados de cada turma, durante os três anos de curso, possibilitando o acompanhamento permanente do estudante e da turma. Essa base de dados permite aos docentes e a equipe pedagógica uma visão do todo, para reflexão da sua prática pedagógica e planejamento de futuras ações.

Outra demanda trazida durante a oficina, foi a necessidade de um espaço específico de troca de experiências e de diálogo entre os docentes, já que as reuniões pedagógicas possuem cunho burocrático e as reuniões de Conselho de Classe têm como foco a discussão do cenário acadêmico dos estudantes. Ou seja, em vez de penalizar os educandos, buscar soluções que permitam a construção coletiva do conhecimento acadêmico e científico preconizado. Foi nesse intuito que durante as reuniões de Conselho de Classe do 1º trimestre do ano 2023, esta

solicitação foi ratificada e o NuPe organizou um momento denominado “1º Diálogo Pedagógico”, com o objetivo de inaugurar um espaço de diálogo e de discussões pedagógicas de cunho reflexivo, que possam atender às necessidades levantadas pelo grupo. O primeiro encontro foi realizado em 21 de junho de 2023, enquanto que outros serão organizados em momentos oportunos.

A pesquisa mostrou que os profissionais que participam do Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, do IFC *Campus* Brusque, compreendem a concepção de formação integral, porém, na prática profissional, têm dificuldades em atender ao que está previsto e idealizado nos documentos oficiais e nos referenciais bibliográficos. No decorrer da realização desta atividade foi perceptível a dificuldade em lidar com a autocrítica e as reflexões sobre o próprio fazer-pedagógico. Sendo dessa forma, faz-se necessário um movimento institucional que permita dirimir as dúvidas dos servidores que labutam na EPT, visando (re)construir uma consciência crítica e, também, uma responsabilidade coletiva sobre o processo ensino-aprendizagem e sobre o Conselho de Classe no EMI, numa perspectiva de formação integral, que considere todas as partes envolvidas.

Ao investigar como os profissionais da educação, em especial, docentes do Ensino Médio Integrado e equipe pedagógica, do Instituto Federal Catarinense, *Campus* Brusque compreendem a função do Conselho de Classe, identificou-se que o Conselho de Classe no IFC *Campus* Brusque tem uma estrutura que atende ao esperado, isto é, dentro daquilo que é planejado. É organizado adequadamente, dentro das possibilidades, porém, em função do tempo e do foco na figura dos estudantes, há carência de momentos para realmente discutir as práticas pedagógicas e o papel do docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 4.244, de 09 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Um novo modelo de educação profissional e tecnológica. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>

CIAVATTA, M. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

CORREA, V. As relações sociais na escola e a produção da existência do professor. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012

EGRE, P., AMORIM, M. L. O percurso da Educação profissional no Brasil e a criação dos Institutos Federais neste contexto. In: **Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, Florianópolis: 2016. Disponível em: <https://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1473984255_ARQUIVO_ARTIGO_SNHCTENVIADO.pdf> Acesso em 30/07/2021.

DALBEN, A. I. L. de F. **Trabalho Escolar e Conselho de Classe**. São Paulo: Papyrus, 1992.

DALBEN, A. I. L. de F. **Conselhos de Classe e Avaliação: Perspectivas na Gestão Pedagógica da Escola**. São Paulo: Papyrus, 2004.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipatória. **Perspectiva** Vol. 19. n.1. Florianópolis: Perspectiva, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo : Atlas, 2023.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução nº 010/2021: Organização Didática dos Cursos do IFC**. 2021. Disponível em: <<https://ensino.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/12/Organizacao-Didatica-dos-Cursos-do-IFC.pdf>> Acesso em 12/07/2023

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional**

(2019-2023). 2019. Disponível em: <<https://pdi.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/80/2023/03/PDI-IFC-2019-2023-Revisao-2021-1.pdf>> Acesso em 12/07/2023

KUENZER, A (Org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, J. C. O sistema de organização e gestão da escola In: LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCKESI, C. C. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?** Porto Alegre: ARTMED. Ano 3, n. 12 fev./abr. 2000.

MELO, J. C. **Os jesuítas e a pedagogia brasileira: forma de lidar com a realidade das matas nas terras da América Portuguesa**. 2016. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/pdf/975-2673-1-pb.pdf>>

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. **Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces**.Ciência & Educação (Bauru), v. 12, p. 117-128, 2006.

MORAES, D. R. da S.; STELLA, I.; TERUYA, T. K. **O conselho de classe participativo e sua materialidade na escola pública**. 2011. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5336_2501.pdf>

MOURA, H. M. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, J. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 58-79.

NASCIMENTO, A. P.; PACÍFICO J. M. **Conselho de Classe e Práticas Pedagógicas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio - IFRO**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 15, n. 35, p. 329-351, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5685>. Acesso em: 5/09/2023.

NEVES, L. M. W., PRONKO, M. A.. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.

PACHECO, E. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

PRODANOV, C. FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo:

Feevale, 2013.

RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em: <http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf> Acesso em 30/07/2021.

SCHENKEL, C. A. Educação Profissional no Brasil. In: **Gestão Ambiental: perfil profissional e formação em cursos superiores de tecnologia e bacharelado**. 2012 p. 113-138.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez. 2016.

SILVA, L. M. da; BARROS JR, B. L. de; LATORRE, A. da S. L. **O Conselho de Classe como um espaço de contradições e formação do trabalho educativo no IF Sertão, Campus Petrolina**. HOLOS, [S. l.], v. 2, p. 87–97, 2014. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1955>. Acesso em 5/09/2023.

SUHR, I. R. **Avaliação da aprendizagem: fundamentos e práticas**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.

VIEIRA, A. M. D. P., SOUZA JUNIOR, A. A Educação Profissional no Brasil. In: **INTERACÇÕES**, 2016, n. 40, p. 152-169. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>> Acesso em 12/07/2023.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Florianópolis. UFSC, 2013.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

OFICINA

**CONSELHO DE CLASSE
NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO:
CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES**

Andréia M. B. Bambinetti
Simão Alberto

- 2023 



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT

Título

Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado:
características e possibilidades

Autores

Andréia M. B. Bambinetti
Simão Alberto

Projeto Gráfico, capa e diagramação

Leandro Vendrami

Imagens utilizadas

Canva.com

B199o	Bambinetti, Andréia M. B. Oficina: conselho de classe no ensino médio integrado: características e possibilidades / Andréia M. B. Bambinetti; Simão Alberto. -- Blumenau, 2023. 16 p.: il. Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica – Instituto Federal Catarinense, Blumenau, 2023). Orientador: Simão Alberto. Inclui referências. 1. Conselho de Classe. 2. Ensino Médio Integrado. Instituto Federal Catarinense. 3. Educação Profissional e Tecnológica. 4. Oficina. I. Alberto, Simão. II. Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título.
	CDD 371.26

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária:
Shyrlei K. Jagielski Benkendorf – CRB 14/662





Descrição Técnica do Produto

Origem do Produto Educacional: A oficina “Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado: características e possibilidades” foi construída durante a pesquisa de mestrado profissional “Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica: a compreensão dos docentes e equipe pedagógica, numa perspectiva de formação integral.”, desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Nível de ensino a que se destina: Diferentes níveis de ensino.

Área de conhecimento: Ensino.

Público-alvo: Educadores e estudantes de cursos de formação de professores.

Categoria deste produto: Oficina.

Finalidade: A oficina “Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado: características e possibilidades”, pretende, a partir da reflexão teórico prática fomentar a discussão coletiva acerca da organização e prática do Conselho de Classe do Ensino Médio Integrado.

Registro do produto: Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), Campus Blumenau.

Avaliação do produto: O produto foi avaliado pelos participantes da oficina ao final da aplicação do Produto Educacional. Ele também foi avaliado e validado pelos professores componentes da banca de defesa da dissertação de mestrado do ProfEPT.

Disponibilidade: Irrestrita, garantindo-se o respeito de direitos autorais, não sendo permitida a comercialização.

Divulgação: Digital.

Instituição envolvida: IFC.

URL: Produto acessível no repositório da EduCapes.

Idioma: Português.

Cidade: Blumenau.

País: Brasil.

Ano: 2023

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
ESTRUTURA DA OFICINA	7
Primeiro momento	8
Segundo momento	8
Terceiro momento	8
Quarto momento	9
Quinto momento	15
Sexto e sétimo momentos	16
REFERÊNCIAS	17

Apresentação

Ao investigar como os profissionais da educação, em especial, docentes do Ensino Médio Integrado e equipe pedagógica, do Instituto Federal Catarinense, Campus Brusque compreendem a função do Conselho de Classe, identificou-se que o Conselho de Classe no IFC Campus Brusque tem uma estrutura que atende ao esperado, dentro daquilo que é planejado. É organizado adequadamente, dentro das possibilidades, porém, em função do tempo e do foco na figura dos estudantes, há carência de momentos para discutir as práticas pedagógicas e o papel do docente. Este órgão pode proporcionar a auto-avaliação dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, numa perspectiva de reflexão diagnóstica, tanto do desenvolvimento dos estudantes, como da prática docente e da instituição.

Desta feita, a proposta do produto educacional em formato de oficina, surgiu com os seguintes questionamentos: a) de que forma construir um produto que possa contribuir com o processo de reflexão e construção do conhecimento, organização e prática do Conselho de Classe? Qual será o público que participará da aplicação do produto educacional? Será que este formato de produto e a sua aplicação serão acessíveis a este público? Quais as contribuições possíveis deste produto?

O produto educacional constituiu-se na oficina “Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado: características e possibilidades”, aplicada durante a Formação Pedagógica, no início do ano letivo de 2023, ofertada aos servidores do IFC Campus Brusque. Esta formação, foi realizada durante os dias 01(um), 02(dois) e 03(três) de fevereiro. A oficina - produto educacional da pesquisa exposta neste artigo - aconteceu no dia 03(três) de fevereiro, das 13h30min

às 16h30min e, em acordo com a Direção Geral e Direção de Ensino do Campus, constituiu-se enquanto ação do NuPe (Núcleo Pedagógico) para compor carga horária e certificação de Formação Pedagógica do Campus. Por este motivo, os participantes - docentes e os Técnicos Administrativos em Educação - foram convocados pela Direção de Ensino do Campus. A data de aplicação da oficina foi definida junto ao NuPe, levando em consideração as temáticas a serem discutidas durante a formação.

O objetivo da oficina, enquanto produto educacional, foi tornar mais compreensível aos docentes e técnicos que atuam no ensino médio integrado do IFC - Campus Brusque, a função do conselho de classe nos cursos de ensino médio, da Educação Profissional e Tecnológica, numa perspectiva de formação integral. Os docentes e técnicos tiveram a possibilidade de compreender as particularidades do conselho de classe na EPT e, dessa forma, reconhecerem-se nesse espaço coletivo de avaliação, reavaliação e autoavaliação do processo ensino e aprendizagem.

A aplicação do produto educacional, possibilitou a participação ativa do grupo no planejamento e organização do Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica de 2023, do Instituto Federal Catarinense, Campus Brusque, visando a reflexão da organização e prática deste órgão e as possibilidades de futuras ações.

Estrutura da Oficina



Duração: 03 (três) horas.



Público: Docentes e Equipe Pedagógica do IFC *Campus Brusque*

- **1º MOMENTO:** Organização do Espaço
- **2º MOMENTO:** Recepção e Apresentação
- **3º MOMENTO:** Reflexão Inicial
- **4º MOMENTO:** Referencial Teórico
- **5º MOMENTO:** Diálogo e Construção Coletiva
- **6º MOMENTO:** Avaliação da Oficina
- **7º MOMENTO:** Café de Integração e Encerramento

1º Momento

Organização do Espaço

Sala com carteira, cadeira, canetas, questionário de avaliação impresso, notebook e projetor de vídeo.

Dependendo do espaço e da quantidade de participantes, pode ser organizado um círculo. Antes de iniciar a oficina é importante verificar a climatização e testar a apresentação.

2º Momento

Recepção dos Servidores

Apresentação do profissional que conduzirá, objetivo e passos da oficina.

Objetivo da oficina: tornar mais compreensível aos profissionais da educação, a função do conselho de classe nos cursos de ensino médio, da Educação Profissional e Tecnológica, numa perspectiva de formação integral. Os docentes e técnicos terão a possibilidade de compreender as particularidades do conselho de classe na EPT e, dessa forma, reconhecerem-se nesse espaço coletivo de avaliação, reavaliação e autoavaliação do processo ensino e aprendizagem.

3º Momento

Reflexão Inicial

Exibição de um recorte do filme
"Um sonho possível"

Questões norteadoras para reflexão sobre o vídeo exibido:

- Qual o nosso público alvo?
- Quem são os estudantes que estamos recebendo?
- Por que eles escolheram estudar aqui?
- Quais as dificuldades e potencialidades dos nossos estudantes?
- Será que conhecemos nossos estudantes?
- O que esperamos dos nossos estudantes?
- Onde eles querem chegar?



 <https://www.youtube.com/watch?v=e5iPhXFcMY>



4º Momento

Referencial Teórico

O Conselho de Classe e a avaliação da aprendizagem: um repensar necessário da prática pedagógica.

Ao falar em formação integral do ser humano, faz-se necessário uma reflexão sobre a avaliação, pois ela é intrínseca ao processo de ensino e aprendizagem, bem como em todas as relações. Somos avaliados e avaliamos, no trabalho, na família, no trânsito, nos espaços que ocupamos. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem torna-se uma dessas especificidades da avaliação no sentido mais amplo.

Numa perspectiva de formação integral, na qual importa o desenvolvimento de todas as potencialidades e não a formação tecnicista e fragmentada, é fundamental uma concepção de uma avaliação baseada na emancipação e formação de cidadãos capazes de refletirem e transformarem o mundo do trabalho.

Na concepção emancipatória de ensino, a aprendizagem é processual, dinâmica e contínua. Portanto, quando o Conselho de Classe se limita a discutir uma simples aprovação ou reprovação dos educandos sob sua responsabilidade, lida com a avaliação de aprendizagem, de forma controversa. A prática equivocada do processo de avaliação, refere-se aos conceitos de avaliação e exame, que diferem entre si. E quais seriam as diferenças entre exame e avaliação? A esse respeito Luckesi (2000), afirma que examinar é algo pontual, classificatório e seletivo. Já a avaliação é processual, dinâmica e inclusiva. Ou seja, o exame considera o aqui e agora, enquanto para avaliação importa o caminho seguido até o momento e o planejamen-

to futuro. O exame é classificatório pois não possibilita ao sujeito manifestar novas qualidades. A avaliação é dinâmica ao preocupar-se em reorientar o estudante para que consiga alcançar resultados satisfatórios ou mais satisfatórios.

Num ato inicial de acolhimento do professor com o estudante, abre-se espaço para construção de vínculo e para o movimento de inclusão, oposto ao exame que é seletivo e exclui parte da população escolar.

A tendência examinadora, tem suas raízes no século XVI, com pedagogia jesuítica e comeniana. Essa tendência permanece até hoje e para superá-la, necessitamos conhecer seus efeitos na educação. Vivemos numa sociedade onde a conquista só tem sentido quando passa pelo sacrifício. Nessa perspectiva, os exames são aplicados como forma de penalidade ao erro, desconsiderando a formação integral e o ser humano como indivíduo em construção.

De acordo com Luckesi (2000), a avaliação da aprendizagem deve pautar-se numa visão construtivista, de ser em movimento e em construção. Nessa concepção, o educador tem a função de acolher o estudante, nutrir de conhecimentos e confrontá-lo amorosamente, mas não numa visão romantizada e sim num sentido de provocar a reflexão e a constante busca do conhecimento. Nesse processo, vai se construindo a avaliação que diagnostica, sinaliza as dificuldades e potencialidades e com isso, reorienta o processo de ensino e aprendizagem.

Partindo desse princípio a avaliação pode ser considerada com pista de duplo sentido, pois o educador também faz parte do processo de avaliação. Ou seja, tanto o educador como o educando são avaliados. No processo de avaliação o educador precisa sentir-se incomodado com sua prática pedagógica e desejar mudança. Desta feita, como educadores precisamos nos reeducar para compreender que o processo de avaliação é diferente de provas, trabalhos, boletim.

A nota, tem se tornado a própria avaliação, enquanto que deveria ser somente um registro. A avaliação é um processo amplo e complexo, que levará tempo, investimento e superação de muitas dificuldades para que essa experiência seja culturalmente efetivada.

Baseados na utopia de contribuir para a formação integral, torna-se necessário pensar no Conselho de Classe como parte desse processo amplo, dinâmico e inclusivo.

De acordo com LIBÂNEO (2001), o Conselho de Classe,

É um órgão de natureza deliberativa quanto à avaliação escolar dos alunos, decidindo sobre ações preventivas e corretivas em relação ao rendimento dos alunos, ao comportamento discente, às promoções e reprovações e a outras medidas concernentes à melhoria da qualidade de oferta dos serviços educacionais e ao melhor desempenho escolar dos alunos (p. 6).

DALBEN (2004), define o Conselho de Classe como:

Órgão colegiado, presente na organização da escola, em que vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos, das diversas turmas, séries ou ciclos (p. 31).

SURH (2022) aponta que:

É, portanto, necessário reunir os diversos envolvidos nesse processo para, coletivamente analisar o panorama da aprendizagem num dado momento e tomar decisões acerca de ações a serem tomadas. Esse é o papel do conselho de classe, órgão colegiado da escola em que diversos profissionais que atuam com uma turma (ou os diversos professores de uma mesma série/ano) juntam-se à equipe pedagógica para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas/séries a cada bimestre/trimestre e o que ele indica, bem como apontar alternativas para garantir a aprendizagem (p. 147).



Apesar dos autores enfatizarem que o Conselho de Classe reflete e delibera sobre a avaliação e o desempenho dos estudantes, isso não significa que excluem do processo de avaliação, a influência da prática pedagógica, a importância da autoavaliação docente, o papel do educador, da gestão e da instituição como um todo, enquanto partes desse processo avaliativo e protagonistas para o planejamento de futuras ações que colaborem para resultados mais satisfatórios de todos os envolvidos.

Moraes, Stella e Teruya (2011, p.13234), reforçam que “os conselhos de classe deveriam ser momentos muito especiais, para uma leitura e reflexão do que ocorre no cotidiano escolar, incluindo as práticas professorais. além dos/as alunos/as”.

Para entender melhor de onde vem essa concepção classificatória do Conselho de Classe, é importante saber que a origem do Conselho de Classe é recente. Data da década de 1940, na França, baseado num caráter seletivo e numa perspectiva dualista, direcionando os estudantes daquela época para o ensino clássico ou técnico. Foi trazido para o Brasil, em meados de 1970. Porém, nenhuma legislação nacional trata especificamente sobre este órgão colegiado. Apesar de não estabelecer a obrigatoriedade do Conselho de Classe, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 14º aborda que,

os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Cabe, portanto, ressaltar que os conselhos escolares não são sinônimos de Conselho de Classe, porém, é a única referência mais próxima, na legislação. Nessa linha, seguindo os princípios da LDB, conforme artigo citado, o Instituto Federal Catarinense criou a Organi-

zação Didática dos Cursos do IFC. Cabe destacar que até 2021, existiam resoluções específicas para cada modalidade de ensino. A Resolução nº010/2021 do IFC, uniu a Organização Didática de todas as modalidades em um documento unificado. A Organização Didática, “dispõe sobre as normas e procedimentos acadêmicos dos cursos em seus diferentes níveis, formas e modalidades” (Art. 1).

De acordo com o Art. 191 da Organização Didática o Conselho de Classe além de ser um órgão consultivo e deliberativo, é:

Espaço de debate que avalia o andamento do trabalho pedagógico, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, a aprendizagem dos estudantes e a autoavaliação das práticas docentes, conduzindo ao diagnóstico das dificuldades dos estudantes e apontando as mudanças necessárias e encaminhamentos pedagógicos.

Já o Art. 192 destaca as finalidades do conselho de classe:

I - analisar dados referentes ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem, da relação docente-estudante, relação entre os próprios estudantes e outros assuntos específicos da turma;
 II - avaliar a prática pedagógica e os resultados das estratégias de ensino;
 III - sugerir ações pedagógicas a serem adotadas, visando superar as dificuldades diagnosticadas, analisando as potencialidades, fragilidades e rendimento escolar;
 IV - deliberar a respeito de assuntos pertinentes à aprovação, reprovação e formas de recuperação dos estudantes, pautando-se em critérios baseados no desempenho escolar e acompanhamento do estudante.

Em suma, por se tratar de um espaço coletivo que contribui para a organização efetiva da vida acadêmica dos sujeitos, o Conselho de Classe, assume também o protagonismo de um espaço avaliativo e auto-avaliativo do processo de ensino e aprendizagem como um todo.

Nunca é demais lembrar que todas as discussões e tomadas de decisões no decorrer do conselho precisam ter como referência aspectos qualitativos, tais como o avanço do aluno, as ações que cada professor tomou no decorrer do bimestre/trimestre para recuperar a aprendizagem, o desempenho em todas as áreas do conhecimento, as situações de inclusão, as condições da escola que possam ter interferido, dentre outros (Suhr, 2022, p. 152).

Trata-se de uma reflexão diagnóstica, tanto do desenvolvimento dos estudantes, como da prática docente e da instituição, que deverá refletir no planejamento futuro. Esse movimento coletivo traz em si a potencialidade de subsidiar as próximas ações da escola e das famílias dos estudantes, no sentido de acompanharem as possíveis dificuldades e avanços do processo ensino-aprendizagem, contribuindo efetivamente para uma formação integral, omnilateral e emancipatória.

5º Momento

Diálogo e Construção Coletiva

Organização, **no coletivo**, do Conselho de Classe anual.

Sugestões de ações para serem realizadas:

- Construção de um **documento norteador**, para organização e funcionamento do Conselho de Classe;
- Elaboração e/ou revisão da base de dados que é utilizada. Nesse caso, podem ser revistos os critérios e parâmetros utilizados nos anos anteriores, com base nas experiências anteriores;
- **Espaço para discussões** de novas ideias e estratégias.



[Documento Norteador](#)



[Planilha de Acompanhamento Permanente](#)



6° e 7° Momentos

Avaliação da Oficina e Encerramento com Café de Integração

Para a avaliação do produto educacional, foi utilizado um questionário avaliativo impresso, sendo que os dados pessoais dos participantes foram devidamente preservados.

Questionário para Avaliação do Produto Educacional

Questionário para avaliação e validação do Produto Educacional desenvolvido na forma de Oficina, denominada " Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado: Características e Possibilidades", vinculado à pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica intitulada " O Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica: a compreensão dos docentes e equipe pedagógica, numa perspectiva de formação integral".

Tendo em vista o desenvolvimento e a aplicação do Produto Educacional no dia 03 (três) de fevereiro do ano corrente, durante a Semana de Formação Pedagógica do IFC *Campus* Brusque, segue o questionário composto por cinco questões fechadas e uma aberta, para avaliação da aplicabilidade do referido Produto Educacional.

1 - Referente à temática proposta (" Conselho de Classe no Ensino Médio Integrado: Características e Possibilidades), qual sua opinião?

- Adequada
 Adequada parcialmente
 Inadequada

2 - Como você avalia o conteúdo teórico apresentado na oficina?

- Adequado
 Adequado parcialmente
 Inadequado

3 - Como você avalia o tempo disponibilizado para a oficina?

- Adequado
 Adequado parcialmente
 Inadequado

4 - Sobre a proposta de desenvolvimento da temática (apresentação teórica + construção do documento norteador), qual sua opinião?

- Adequada
 Adequada parcialmente
 Inadequada

5 - Referente à perspectiva de reflexão crítica apresentada na oficina, qual sua opinião?

- Adequado
 Adequado parcialmente
 Inadequado

6 - Espaço para contribuições do participante:

Grata por sua participação!

Referências

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 14/07/2023.

DALBEN, A. I. L. de F. **Conselhos de Classe e Avaliação:** Perspectivas na Gestão Pedagógica da Escola. São Paulo: Papirus, 2004.

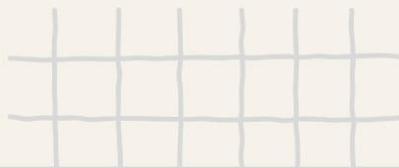
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução nº 010/2021:** Organização Didática dos Cursos do IFC. 2021. Disponível em: <<https://ensino.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/12/Organizacao-Didatica-dos-Cursos-do-IFC.pdf>> Acesso em 12/07/2023.

LIBÂNEO, J. C. **O sistema de organização e gestão da escola** In: LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCKESI, C. C. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?** Porto Alegre: ARTMED. Ano 3, n. 12 fev./abr. 2000.

MORAES, D. R. da S.; STELLA, I.; TERUYA, T. K. **O conselho de classe participativo e sua materialidade na escola pública.** 2011. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5336_2501.pdf>

SUHR, I. R. **Avaliação da aprendizagem:** fundamentos e práticas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.



ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - DOCENTES E EQUIPE PEDAGÓGICA DO IFC - *CAMPUS BRUSQUE*

Prezado (a) docente/membro da equipe pedagógica _____, sou Andréia Matilde Bottamedi Bambinetti, pesquisadora e discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Blumenau, inserida na linha de pesquisa “Organizações e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT”, no Macroprojeto 6 - “Organização de espaços pedagógicos na EPT”, com o projeto de pesquisa intitulado “O CONSELHO DE CLASSE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: a compreensão dos docentes e equipe pedagógica, numa perspectiva de formação integral”, sob orientação do Professor Doutor Simão Alberto e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFC (CEPSH). Você está sendo convidado a participar desta pesquisa, cujo objetivo é analisar a compreensão dos docentes e da equipe pedagógica do *Campus Brusque* do Instituto Federal Catarinense sobre a função do Conselho de Classe do Ensino Médio Integrado. Para o alcance dessa compreensão será necessário realizar a aplicação de entrevistas semiestruturadas aos docentes e equipe pedagógica do Ensino Médio Integrado. Os aspectos a serem investigados, terão como foco, os relatos que externalizam a compreensão dos docentes e equipe pedagógica, sobre o Conselho de Classe e sua função, numa perspectiva de formação integral, na Educação Profissional e Tecnológica. As entrevistas serão semiestruturadas e seguirão um roteiro elaborado previamente, mas dando flexibilidade à sequência de perguntas. (ZANELLA, 2013). Para análise posterior, elas serão registradas de forma escrita ou gravada. Em seguida dar-se-á prosseguimento a outra etapa desta pesquisa que será a análise dos dados à luz do referencial teórico. Como resultado da pesquisa, buscar-se-á elaborar um produto educacional – Formação Pedagógica - que, a partir da reflexão teórico-prática fomenta a discussão coletiva acerca da organização e prática dos Conselhos de Classe. Sabe-se que a participação em pesquisas pode acarretar alguns riscos para os participantes, como revolta, indignação, cansaço ou aborrecimento para responder à entrevista, etapa deste estudo que busca realizar a coleta de dados, além de invasão de privacidade, quebra de sigilo, discriminação, ou até mesmo retaliação em casos de resultados não esperados. Nesse sentido, ciente desta possibilidade buscar-se-á ao máximo evitá-los. Os dados serão armazenados por 3 (três) anos, a partir da conclusão e aprovação da pesquisadora no curso. Após este prazo, serão totalmente destruídos e eliminados. Como pesquisadora, comprometo-me em garantir a integridade dos documentos a mim confiados, não permitindo violação dos mesmos; assegurar aos participantes da pesquisa confidencialidade e a privacidade; minimizar danos, desconfortos e constrangimentos, garantir ainda, que seja indenizado por danos decorrentes da pesquisa, conforme previsto em Lei e em caso de despesas essencialmente decorrentes de sua participação neste estudo caberá ressarcimento por parte desta pesquisadora. Os benefícios relativos à sua participação nesta pesquisa serão exclusivamente indiretos, pois contribuirá para a

construção de conhecimento científico a partir da análise dos dados coletados e da construção do produto educacional - Formação pedagógica - que promoverá reflexão e a construção coletiva da organização e prática dos Conselhos de Classe. Sua participação é totalmente voluntária e não faz jus a nenhum tipo de remuneração ou recompensa, ressalta-se que a instituição está ciente da realização da pesquisa e autorizou o seu desenvolvimento. Caso você não queira participar da pesquisa asseguro que não sofrerá nenhuma penalidade. No entanto, afirmo que sua participação é de suma importância para este estudo, conto com sua colaboração. Em caso de dúvidas, gostaria de enfatizar que a qualquer momento, você poderá solicitar informações a esta pesquisadora através dos meios de contato que estão disponíveis ao final desse termo. Para uso de imagens e do seu nome, somente será possível com o seu consentimento, caso seja necessário a divulgação será feito um Termo de autorização de uso de imagem e de nome, solicitando a sua permissão. Não havendo seu consentimento, seus dados pessoais serão mantidos em sigilo, você não será identificado (a) em nenhuma publicação que venha a ser realizada referente a esta pesquisa. Informo que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC- Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico ceps@ifc.edu.br". Caso sinalize em participar desta pesquisa, este termo deverá ser assinado em duas vias pelo participante e pelo pesquisador responsável, sendo entregue uma via aos respectivos envolvidos.

Agradecemos sua participação!

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Brusque, _____ de _____ de 2022.

Nome completo do participante: _____

Assinatura: _____

Telefone () _____

Assinatura do Pesquisador Responsável

Andréia Matilde Bottamedi Bambinetti

CPF: 041.582.499-02

End.: Rua Wendelin Winter, nº 117

Bairro: Santa Terezinha

CEP: 88.352-255

Fone (47) 98854-2600

E-mail: andrea.bambinetti@ifc.edu.br

ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E NOME

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E NOME

Eu _____, inscrito no CPF nº _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou divulgação do meu nome, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Andréia Matilde Bottamedi Bambinetti, do projeto de pesquisa intitulado “O CONSELHO DE CLASSE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: a compreensão dos docentes e equipe pedagógica, numa perspectiva de formação integral”, a realizar fotos que se façam necessárias, e divulgar meu nome, podendo ser utilizada em qualquer mídia eletrônica, eventos científicos e revistas científicas. A presente autorização é concedida a título gratuito, sem pagamento ou cachê, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo o território nacional e exterior. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Brusque-SC _____ de _____ de 2022.

Participante da pesquisa

Pesquisador responsável pelo Projeto

ANEXO C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome do servidor: _____

Formação Acadêmica: _____

- Quando você iniciou sua vida profissional no IFC?
- Antes de ingressar no IFC, trabalhou em alguma outra instituição?
- Poderia falar um pouco de suas experiências profissionais?
- Quais os motivos que o trouxeram para a área da educação?
- (Docentes) Quais as turmas do Ensino Médio Integrado que você leciona? (Quais cursos? Quais componentes curriculares? Qual a quantidade de horas/aula com cada turma?)
- (Equipe Pedagógica) Quais setores/cargos/funções que você exerceu e(ou) exerce?

Na escola, temos vários profissionais e cada um tem uma compreensão sobre alguns temas/conceitos.

- Na Educação Profissional e Tecnológica, no IFC, defende-se a formação integral do estudante. Qual a compreensão que você tem sobre FORMAÇÃO INTEGRAL?
- A avaliação está presente nas várias relações do nosso dia-a-dia. Somos avaliados no trabalho, nos relacionamentos e mais ainda na escola. Na sua prática pedagógica, qual a compreensão que você tem sobre AVALIAÇÃO?
- Na sua visão, quais são as características principais de uma avaliação que contribua na formação integral dos estudantes?

A pesquisa da qual você está participando, através desta entrevista, tem como objeto de pesquisa, os Conselhos de Classe das turmas do Ensino Médio Integrado, do IFC *Campus* Brusque.

- Qual a sua visão sobre Conselho de Classe?
- Como você o definiria?
- Do seu ponto de vista, qual a função deste órgão?
- Diante do entendimento que você tem deste órgão, como avalia a organização e execução dos Conselhos de Classe no IFC *Campus* Brusque?
- Que avaliação faz de sua participação nesses conselhos?
- Quais as potencialidades e fragilidades que você poderia apontar com relação à realidade vivenciada nos Conselhos de Classe no nosso Campus?